

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO

2011/2012



TII

O PODER AÉREO NA CONFLITUALIDADE CONTEMPORÂNEA: TENDÊNCIAS

DOCUMENTO DE TRABALHO

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DA MARINHA PORTUGUESA / DO EXÉRCITO PORTUGUÊS / DA FORÇA AÉREA PORTUGUESA / DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.

PAULO JORGE FERREIRA MOUTINHO
MAJ/ADMAER



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

**O PODER AÉREO NA CONFLITUALIDADE
CONTEMPORÂNEA: TENDÊNCIAS**

MAJ ADMAER Paulo Jorge Ferreira Moutinho

Trabalho de Investigação Individual do Curso de Estado-Maior Conjunto
2011/2012

Lisboa – 2012



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

**O PODER AÉREO NA CONFLITUALIDADE
CONTEMPORÂNEA: TENDÊNCIAS**

MAJ ADMAER Paulo Jorge Ferreira Moutinho

Trabalho de Investigação Individual do Curso de Estado-Maior Conjunto
2011/2012

Orientador:

TCOR PILAV Rui Romão

Lisboa – 2012



Agradecimentos

Em primeiro lugar quero dedicar este trabalho à minha filha Margarida que, com o seu nascimento durante este curso, trouxe mais um motivo de orgulho e júbilo à Família.

O primeiro agradecimento vai para o meu filho Gonçalo, que na sua inocência própria dos seis anos, estava sempre disposto a ajudar o Pai a fazer os “trabalhos de casa que nunca mais acabam”.

À minha esposa Sandra, por tudo e por fazeres parte da minha vida. Num momento em que mais precisavas de mim, viste a minha disponibilidade bastante condicionada. Mas a união faz a força e, como afirmou Nietzsche, “aquilo que não me destrói fortalece-me”, soubemos, juntos, manter-nos fortes e unidos. Obrigado!

À restante Família, que soube compreender a minha ausência e que nos foi ajudando, dentro das possibilidades.

Ao meu orientador, TCor/PilAv Romão, o apoio, o conselho, a disponibilidade, a compreensão, mas também a objetividade, a exigência e o foco no produto final.

Aos TCor/PilAv Diniz e TCor/PilAv Paulo Costa a sua total disponibilidade, para com o seu conhecimento, saber e experiência me transmitirem um contributo de elevado valor a este trabalho.

Aos TCor/PilAv Vicente, TCor/Nav Eugénio, Maj/EngAer Figueiredo a transmissão de conteúdos muito válidos para a construção deste trabalho.

Ao TCor/PilAv Conde e Maj/AdmAer Inácio os conselhos e a total disponibilidade demonstrada para me apoiarem.

A todos os Elementos do CEMC11/12, a camaradagem, a entre-ajuda e a amizade, essenciais nesta dura jornada, em especial daqueles com quem, por força das circunstâncias, privei mais de perto: “Quarteto FAP” – Maj/EngAer Batalha, Maj/TMMA Loureiro e Cap/PilAv Monteiro da Silva; “Terceiro Anel” – CTen Arrabaça, CTen Franco, CTen Neto e Maj/TMMA Loureiro; “Grupo Delta”: CTen Arrabaça, CTen Beja, Maj/Inf Faria, Maj/Cav Rainha, Maj GNR Cruz e Maj/Art Rego.

Para não correr esse constrangedor risco de esquecer alguém, àqueles cujo nome aqui teria lugar, mas por um injustificável lapso de memória da minha parte não constam, as minhas desculpas e o meu Obrigado.

A todos uma profunda palavra de Agradecimento e Bem-hajam!



Índice:

Resumo	i
Abstract.....	ii
Palavras-chave	iii
Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos	iv
Introdução	1
1. Caraterização da conflitualidade atual.....	6
a. Caraterização genérica	6
b. O papel do Poder Aéreo na conflitualidade atual	9
c. O caso da Líbia: caraterização do conflito e emprego do Poder Aéreo.....	11
d. Síntese Conclusiva.....	13
2. O emprego do Poder Aéreo Nacional.....	16
a. Ajuda Humanitária – Participação UNTAET	16
b. VIMAR – Afundamento do <i>Prestige</i>	17
c. Defesa Aérea – “Euro 2004”	18
d. Defesa Aérea – “ <i>Baltics Air Policing</i> ”	18
e. Patrulhamento Marítimo – Operação “ <i>Ocean Shield</i> ”.....	19
f. VIMAR – Operações “FRONTEX”	20
g. TACP – Participação ISAF.....	21
h. Missões Humanitárias e de Paz – Participação portuguesa	21
i. Síntese conclusiva.....	22
3. Análise das capacidades do Poder Aéreo Nacional.....	25
a. Limitações atualmente sentidas	25
b. O conceito “ <i>Smart defence</i> ”.....	26
c. Análise das Capacidades dos Sistemas de Armas da Força Aérea	28



(1) Lockheed C-130 H Hercules	28
(2) EADS C-295M.....	29
(3) Agusta-Westland EH-101 Merlin	30
(4) Lockheed Martin F-16AM	31
(5) Lockheed P-3 Orion	32
(6) Sudaviation – SE-3160 Alouette III.....	35
(7) TACP	35
d. Síntese conclusiva e resposta à pergunta de partida	35
Conclusões	40
Bibliografia	49
Anexos:	
Anexo A – Corpo de conceitos	A-1
Anexo B – Quadro modelo de análise	B-1
Anexo C – Enquadramento normativo	C-1
Anexo D – Análise detalhada do conceito “ <i>Smart Defence</i> ”	D-1
Anexo E – A “flexibilidade” do Poder Aéreo – O CP-140 Aurora	E-1



Resumo

O papel do Poder Aéreo (PA) é inquestionável na conflitualidade contemporânea. Através de um alargado leque de missões que se podem enquadrar na Defesa, na Segurança Humana e na Segurança Cooperativa, o PA tem mostrado o seu valor e contributo na resolução de conflitos. Mas o mundo está em constante mudança, e esta cada vez mais rápida, o que naturalmente se repercute quer no tipo de conflitualidade, quer ao nível do emprego do PA.

Sendo o tema sobre tendências do PA na conflitualidade contemporânea, procurou-se perspetivar a tendência dessa evolução, ao mesmo tempo que se olha para os desafios colocados ao seu emprego. Como critério de delimitação, a análise incide sobre o PA nacional, concretamente sobre as capacidades dos Sistemas de Armas (SA) ao serviço da Força Aérea Portuguesa (FAP). Neste sentido, e tendo como referência o método de investigação em Ciências Sociais proposto por Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt, procurou-se compreender como poderia a FAP preparar-se para os desafios de emprego do PA tendo em conta a conflitualidade contemporânea.

O trabalho inicia-se com uma caracterização genérica da conflitualidade atual, onde são referenciadas as capacidades do PA de maior preponderância. Em jeito de estudo de caso, é analisado o emprego do PA na Operação “*Unified Protector*” (OUP), na Líbia, com enfoque nas capacidades utilizadas, bem como nas limitações sentidas.

Segue-se uma análise às capacidades dos meios ao serviço da FAP, através da participação em diversos tipos de missões em contexto nacional e internacional, no quadro de cumprimento dos compromissos assumidos com as Organizações Internacionais (OI) em que Portugal tem lugar, e dentro das dimensões de Defesa, Segurança Humana e Segurança Cooperativa, de que se conclui não haver uma exploração efetiva das capacidades ao dispor da FAP.

Como a questão das dificuldades orçamentais é transversal a todos os aliados, e com reflexos na Defesa, foi estudado o conceito de “*Smart Defence*” e o objetivo pretendido pela NATO (*North Atlantic Treaty Organization*) com a sua implementação, havendo lugar a uma análise de pormenor neste âmbito aos meios e capacidades ao serviço da FAP. Com fruto nesta análise conclui-se haver capacidades com elevado potencial para serem consideradas um nicho de especialização, propondo-se recomendações para a sua concretização.



Abstract

The role of Air Power is unquestioned in contemporary conflicts.

Through a broad range of missions that might be covered by Defense, Human Security and Cooperative Security, the Air Power has shown its value and contribution in conflict resolution. But the world is constantly changing, and this ever faster, which, of course, is reflected both in the type of conflict, both in terms of employment of the Air Power.

Being the topic the trends in use of Air Power in contemporary conflicts, we tried to foresee this trend of evolution, while you look at the challenges facing the Air Power. As delimitation's criterion, this analysis focuses on the national Air Power, specifically on the capabilities of the weapons systems operated by the Portuguese Air Force (PRTAF). Accordingly, and following the research method in Social Sciences proposed by Raymond and Luc Van Quivy Campenhoudt, we sought to understand how the PRTAF could prepare for the challenges of using Air Power in view of the contemporary conflict.

This work begins with a general characterization of current conflictuality, which is referenced by the Air Power's greater preponderance capabilities. As a case study, is analyzed the use of Air Power in Operation "Unified Protector" in Libya, with a focus on used capabilities, as well as the limitations felt.

It follows an analysis of the PRTAF capabilities, through participation in various types of missions in national and international context, as part of fulfilling their commitments to the International Organizations where Portugal takes place, and within dimensions of Defense, Human Security and Cooperative Security, concluding that there is no effective exploitation of the PRTAF available capabilities.

Because the issue of budgetary difficulties is transversal to all the Allies, and with consequences on the Defense issues, the concept of "Smart Defence" was studied, and the aim sought by NATO with its implementation. After this, a detailed analysis is displayed about PRTAF means and capabilities. As a result of this analysis we conclude there are capabilities with high potential to be considered a "expertise niche", proposing recommendations for its implementation.



Palavras-chave

Poder Aéreo

Conflitualidade

Smart Defence

Capacidades

Força Aérea Portuguesa



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

4GW – Guerra de Quarta Geração (*4th Generation Warfare*)

5GW – Guerra de Quinta Geração (*5th Generation Warfare*)

AAR – *Air to Air Refueling*

ACCS – *Air Command and Control System*

ADX – *Air Defence All Weather*

AEW – *Airborne Early Warning*

AGS – *Alliance Ground Surveillance*

AI – *Air Interdiction*

AIP – Associação Industrial Portuguesa

AOR – *Area Of Responsibility*

ASFAO – *Anti-Surface Force Air Operations*

ASuW – *Anti-Surface Warfare*

ASW – *Anti-Submarine Warfare*

AWACS – *Airborne Warning and Control System*

C2 – Comando e Controlo

C4ISTAR – *Command, Control, Communications, Computers, Intelligence, Surveillance, Target Acquisition and Reconnaissance*

CA – Comando Aéreo

CAOC – *Combined Air Operations Centre*

CAS – *Close Air Support*

CE – Conceito Estratégico

CEDN – Conceito Estratégico de Defesa Nacional

CEM – Conceito Estratégico Militar

CEMFA – Chefe do Estado-Maior da Força Aérea

CEMGFA – Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas

CIFFA – Comando da Instrução e Formação da Força Aérea

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CS/ONU – Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas

CSAR – *Combat Search And Rescue*

CTF – *Combined Task Force*



DMD – Diretiva Ministerial de Defesa

DN – Defesa Nacional

[jornal] DN – Diário de Notícias

EBAO - *Effects-Based Approach to Operations*

EEAW – *Expeditionary Air Wing*

EEIN – Espaço Estratégico de Interesse Nacional

EMFA – Estado-Maior da Armada

EMFA – Estado-Maior da Força Aérea

EMFA/DIVOPS – Estado-Maior da Força Aérea/Divisão de Operações

EMGFA – Estado-Maior General das Forças Armadas

EPAF – *European Participating Air Forces*

ESM – *Electronic Support Measures*

EUA – Estados Unidos da América

EW – *Electronic Warfare*

FA – Força Aérea

FAC – *Forward Air Controller*

FAP – Força Aérea Portuguesa

FBX – *Fighter-Bomber Precision All Weather*

FFAA – Forças Armadas

FIR – *Flight Information Region*

FND – Força Nacional Destacada

FORCEVAL – *Force Evaluation*

FRONTEX – Agência Europeia de Gestão da Coordenação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia

HV – Horas de voo

IESM – Instituto de Estudos Superiores Militares

INCM – Imprensa Nacional Casa da Moeda

INTEL – *Intelligence*

ISAF – *International Security Assistance Force*



ISR – *Intelligence, Surveillance and Reconnaissance*

ISTAR – *Intelligence, Surveillance, Target Acquisition and Reconnaissance*

JISR – *Joint Intelligence, Surveillance and Reconnaissance*

M€ – Milhões de Euros

MDN – Ministério da Defesa Nacional

MLU – *Mid-Life Upgrade*

MPA – *Maritime Patrol Aircraft*

MPRA – *Maritime Patrol and Reconnaissance Aircraft*

NA5CRO – *Non-Article 5 Crisis Response Operations*

NATO – *North Atlantic Treaty Organization*

NRBQ – Nuclear, radiológico, biológico e químico

NTISR – *Non Traditional Intelligence, Surveillance and Reconnaissance*

NVG – *Night Vision Goggles*

OI – Organizações Internacionais

OMIP – Outras Missões de Interesse Público

ONU – Organização das Nações Unidas

OSCE – Organização para a Segurança e Cooperação na Europa

OUP – *Operation “Unified Protector”*

PA – Poder Aéreo

PAG – *Pirate Action Group*

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PC – Plataforma Continental

PCM – Presidência do Conselho de Ministros

PCSD – Política comum de Segurança e Defesa

PfP – *Partnership for Peace*

PIB – Produto Interno Bruto

PRTAF – *Portuguese Air Force*

QRA – *Quick Reaction Alert*



RE / REV – Regime de Esforço de Voo

ROE – *Rules of Engagement*

SA – Sistema de Armas

SAC – *Strategic Airlift Capability*

SALIS – *Strategic Airlift Interim Solution*

SAM – Sistema de Autoridade Marítima

SAR – *Search and Rescue*

SCAR-C – *Strike Coordination and Armed Reconnaissance-Coordinator*

SEAD – *Suppression of Enemy Air Defences*

SFN – Sistema de Forças Nacional

SIFICAP – Sistema de Fiscalização e Controlo das Atividades da Pesca

SRR – Search Rescue Region

TACP – *Tactical Air Control Party*

TAT – Transporte Aéreo Tático

TAG – Transporte Aéreo Geral

TCC-H – *Transport Cargo Carrier - Heavy*

TO – Teatro de Operações

UAV – *Unmanned Aerial Vehicle*

UCAV – *Unmanned Combat Air Vehicle*

UE – União Europeia

UNTAET – *United Nations Transitional Administration in East Timor*

USD – *United States Dollar*

VIMAR – Vigilância Marítima

ZEE – Zona Económica Exclusiva



Introdução

“Com efeito, o PA tornou-se, sobretudo a partir do último quarto do século passado, imprescindível e quase sempre decisivo:

- Na resolução dos conflitos armados;
- Na estabilização e manutenção da paz em áreas de crise;
- Na segurança interna dos Estados;
- Na liberdade das linhas de comunicação dos espaços interterritoriais;
- Na preservação dos recursos e dos espaços sob jurisdição nacional;
- Na garantia do bem-estar e na preservação da vida das populações;
- E, também, no desenvolvimento económico das nações” (Araújo, 2011, p.16).

Na altura, na qualidade de Chefe do Estado-Maior da Força Aérea (CEMFA), o General Araújo através destas palavras que constam do prefácio de um livro sobre o PA, descreve inequivocamente a importância que o mesmo tem no contexto da sua utilização.

Contudo, a realidade atual está caracterizada pela mudança. Em primeiro lugar, a mudança no espectro de conflitos, longe da clássica bipolaridade da Guerra Fria, mais notória a partir dos acontecimentos de 11Set2001, com novos atores, novos teatros, novas capacidades e novas ameaças. Segue-se o contexto decorrente da “primeira crise financeira e económica global”, que ao nível dos países ocidentais tem contribuído para um cenário de forte contenção orçamental, com repercussões na componente relacionada com a Defesa.

Ainda que a flexibilidade seja uma das capacidades do PA, será interessante verificar de que forma, face a este contexto adverso, o mesmo conseguirá adaptar-se e continuar a manter um papel decisivo no cumprimento das diversas missões que lhe estão destinadas. É importante não esquecer o enquadramento em que Portugal está inserido, como membro da União Europeia (UE) e da NATO onde, perante as dificuldades sentidas pelos seus membros, estas OI procuram soluções que consigam racionalizar e otimizar os recursos disponibilizados para a Defesa pelos seus membros.

Este trabalho pretende perspetivar quais as tendências da utilização do PA, no âmbito da conflitualidade contemporânea, delimitando esta mesma perspetiva à realidade da FAP, sem esquecer os seus contextos de atuação (interno e externo).

Por um lado é factual a alteração do paradigma da conflitualidade atual, da qual o conflito da Líbia de 2011, aqui analisado, é um bom exemplo. Por outro, os problemas



financeiros com os quais os Estados são confrontados, com reflexos na Defesa, que criam a sensação de que nenhum Estado por si consegue assegurar as capacidades necessárias¹.

Assim, ainda que se venha a revelar um processo deveras complexo, os Estados, tendo em conta os compromissos assumidos com a NATO, deverão especializar-se em determinadas capacidades operacionais, garantindo interoperabilidade e a não duplicação de capacidades, conforme defende o Secretário-Geral da NATO através do conceito de “*smart defence*”.

Tendo em conta o contexto nacional e internacional e as dimensões da Defesa, Segurança Cooperativa e Segurança Humana, é pertinente analisar quais as capacidades-chave em que a FAP se deve especializar, garantindo o cumprimento dos compromissos assumidos. Na análise a efetuar serão tidas em conta apenas as capacidades de índole puramente operacional.

Neste sentido, partindo da caracterização da conflitualidade contemporânea, este trabalho de investigação tem por Objetivo Geral analisar quais as capacidades operacionais em que a FAP se deve especializar, tendo em consideração as suas dimensões de emprego e o seu espaço de atuação.

São objetivos específicos deste trabalho:

- Perspetivar as tendências de conflitualidade;
- Analisar em que capacidades operacionais se especializou a FAP, como as tem utilizado e especialmente como poderão ser rentabilizadas;
- Analisar o que se entende por “*smart defence*” e de que forma poderá Portugal contribuir para este conceito.

Este trabalho de investigação teve como referência o método de investigação em Ciências Sociais proposto por Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt (2008), que assenta em três fases: Rutura; Construção e Verificação.

Na fase de Rutura, iniciou-se a pesquisa bibliográfica exploratória, baseada em Legislação e Publicações sobre a temática (Nacional, NATO e UE), documentação disponível na Internet e em artigos de revistas ou outros periódicos que abordassem a

¹ A este respeito é pertinente citar o Secretário-Geral da NATO, Rasmussen (2011a, p.10) (“É claro que nem todas as nações precisam ou podem manter todas as capacidades”) ou a Associação Industrial Portuguesa (AIP) (2011b, p.2) (“Assim, existe hoje a perceção clara de que nenhum Estado, por si só, será capaz de possuir todas as capacidades de defesa necessárias à sua segurança.”).



temática objeto de estudo (PA e conflitualidade atual), que permitiu definir a seguinte Pergunta de Partida:

“Como poderá a FAP preparar-se para os desafios de emprego do PA tendo em conta a conflitualidade contemporânea?”

Desta resultaram as seguintes perguntas derivadas:

- Quais são as tendências de conflitualidade e que desafios colocam ao emprego do PA?
- De que forma tem a FAP empregue as suas Capacidades Operacionais?
- Em que medida deverá a FAP especializar-se em determinadas capacidades em detrimento de outras, tendo em conta as tendências de utilização do PA e os desafios associados?

Na fase de Construção, foram formuladas as seguintes Hipóteses, cujo processo de validação permitirá uma resposta à pergunta de partida:

- H1: A atualidade caracteriza-se pela existência de conflitos de 4^a e 5^a Geração;
- H2: A FAP não tem explorado as suas capacidades operacionais em todo o seu potencial.
- H3: Tendo em conta as perspetivas da conflitualidade contemporânea e os desafios associados, a FAP deverá garantir especialização em determinadas atividades essenciais do PA.

Foi igualmente definido nesta fase um Corpo de Conceitos, que consta do Anexo A, bem como construído um Quadro modelo de análise, patente no Anexo B.

Na fase de Verificação, sobressai o trabalho de pesquisa bibliográfica e análise do seu conteúdo, sendo constituída por três etapas:

- Observação: Em acréscimo à pesquisa bibliográfica efetuada, verificou-se a necessidade de recorrer a entrevistas para complementar a informação recolhida, em especial a relacionada com a análise dos SA ao serviço da FAP. Neste sentido foram entrevistados através de correio eletrónico os seguintes militares:
 - TCor/PilAv Paulo Costa – Gabinete do Primeiro-Ministro – Piloto-Comandante de P-3C;



- TCor/PilAv José Diniz – Estado-Maior da Força Aérea/Divisão de Operações (EMFA/DIVOPS) – Ex-Comandante da Esq.^a 751 e Piloto-Comandante de EH-101.
 - Análise das informações: Nesta etapa, com a informação recolhida anteriormente, é feita a confrontação dos resultados obtidos com as hipóteses formuladas, permitindo assim o seu teste;
 - Conclusões: Nesta etapa, é dada a resposta à pergunta de partida, sendo apresentados os novos contributos para esta área de conhecimento e sugeridas recomendações.

De referir que a referenciação neste trabalho foi efetuada através de *software* de referenciação automática, com o estilo “*Havard-Anglia*”, conforme previsto na NEP n.º DE 218 de 15Set2011.

No primeiro capítulo será analisada a conflitualidade contemporânea, onde é analisado o conceito de “Guerra de Quarta Geração” (4GW) como forma de caracterizar o espectro de conflitos atual e a sua tendência. Segue-se uma análise ao papel do PA na conflitualidade atual, onde se sintetizam os desafios que lhe são colocados e quais as missões de maior preponderância para lhes responder. Posteriormente é analisado o conflito líbio e a participação da NATO na Operação “*Unified Protector*” (OUP), numa perspetiva de emprego do PA, bem como às limitações sentidas nesse mesmo emprego.

No segundo capítulo é elaborada uma análise às capacidades dos meios ao serviço da FAP, através da participação em diversos tipos de missões nacionais e internacionais, nas dimensões de Defesa, Segurança Cooperativa, Segurança Humana e Outras Missões de Interesse Público (OMIP) no quadro de cumprimento dos compromissos assumidos por Portugal.

No terceiro capítulo, é estudado o conceito de “*smart defence*”, olhando para a sua génese, para o objetivo pretendido pela NATO na sua implementação e os desafios que aí se colocam. Segue-se uma análise neste âmbito aos meios e capacidades ao serviço da FAP, no sentido de aferir eventuais capacidades que possam ser postas ao serviço da NATO numa perspetiva de “*nicho de especialização*”.

No final de cada capítulo é apresentado uma síntese conclusiva onde se analisam os dados apresentados ao longo destes, procurando dar resposta às perguntas derivadas que foram inicialmente enunciadas, bem como testar as hipóteses formuladas. Na síntese conclusiva do último capítulo é igualmente apresentada a resposta à pergunta de partida que serviu de fio condutor ao desenvolvimento desta investigação.



O trabalho termina com uma retrospectiva de todo o caminho percorrido, terminando com a apresentação de recomendações que, à luz do trabalho desenvolvido, permitam otimizar o emprego do PA nacional e o cumprimento do espectro de missões atribuídas.



1. Caraterização da conflitualidade atual

a. Caraterização genérica

“Num mundo em acelerada mudança em que o espectro de conflito mudou e a natureza da guerra também, o poder militar em geral, e o aéreo em específico, enfrenta novos desafios” (Fragoso, 2007, p.iii).

Finda em 1991 a bipolaridade da Guerra Fria, autores como Lind (2005) ou Hammes (2007), apontam os acontecimentos de 11Set2001 como um ponto de viragem em que se inicia a aplicação do conceito de 4GW.

Segundo Lind (2005), são apresentados alguns tópicos que explicam este conceito:

- O Estado perde o monopólio sobre a guerra, assistindo-se a militares que combatem oponentes não estatais (grupos terroristas, crime organizado, movimentos separatistas);
- As forças regulares, ainda que “vençam” no nível tático e físico podem perder nos níveis operacional, estratégico, mental e moral, independentemente da sua tecnologia e poder de fogo;
- Não existem grandes mudanças em como o inimigo combate, mas em quem combate e porquê, tornando-se difícil diferenciar amigo e inimigo.

Em complemento, Hammes (2007), que afirma que “a 4GW já revelou a superioridade do lado teoricamente mais fraco”, expõe as três mudanças que este conceito introduziu:

- Estratégica: em que os insurgentes apostam em campanhas de comunicação estratégicas apoiadas por operações terroristas e guerrilheiras, onde o conceito-chave é tentar atacar diretamente as mentes dos inimigos responsáveis pela tomada de decisão, utilizando todos os meios disponíveis para os influenciar. A informação é o único meio pelo qual a opinião de uma pessoa pode ser mudada, pelo que é considerada um elemento-chave.
- Organizacional: baseada na transformação contínua e global das organizações hierárquicas em organizações em rede, pelo que “as insurgências tornaram-se transnacionais, interligadas em redes e mesmo transdimensionais”.
- Nos participantes: Considerada parte da mudança organizacional, assiste-se a uma mudança nos indivíduos que combatem, e dos seus motivos, sendo que Hammes cita o manual “Negociações Humanitárias com Grupos



Armados” da Organização das Nações Unidas (ONU) para apresentar três categorias:

- Reativos: “normalmente formam-se quando as comunidades se sentem ameaçadas, e o Estado falha nas suas obrigações. Operam em regiões geográficas específicas, raramente constituem uma ameaça fora delas, mas também utilizam sofisticadas campanhas de comunicação”.
- Oportunistas: “Criminosos por natureza, florescem beneficiando de um vácuo que lhes permite tomar riqueza ou poder. Conduzem as suas próprias campanhas de comunicação estratégica, comumente referindo-se a uma fonte religiosa ou a uma causa nacional, para obter legitimidade para as suas atividades criminosas”
- Ideológicos: “os mais perigosos, por não imporem limites ao conflito. Em primeiro lugar, a sua “causa” fornece-lhes justificação e, por vezes a obrigação moral, para o uso de quaisquer armas disponíveis. Em segundo lugar, não possuindo uma localização fixa, não temem retaliações”.

Silva (2007, p.1) especifica alguns dos novos atores mais relevantes que surgem no final da Guerra Fria: “São organizações que ocupam o vácuo de poder que o Estado não pode cobrir. As máfias locais, os senhores da guerra, movimentos separatistas, as organizações terroristas e o crime organizado procuram desenvolver a sua influência à margem do Estado. Estes grupos, mais ou menos organizados e coordenados, tratam de diluir-se e confundir-se no meio da população civil local², chegando nalguns casos a controlar o próprio Estado”. E para os Estados que enfrentam problemas com estes atores, apresenta duas definições que os caracterizam:

- Estado Débil: aquele em que o governo central tem pouco controlo prático sobre o seu território.
- Estado Falido: aquele onde não é exercido um governo efetivo dentro de suas fronteiras, em que uma das principais características é o

² Este facto acaba por trazer a conflitualidade para os meios urbanos, sendo que Fragoso (2007, p.20) considera que uma das particularidades da conflitualidade atual é “um teatro de operações (TO) misto, caracterizado por cenário urbano e cenário convencional”.



desmoronamento das Instituições de Estado, especialmente Forças Armadas (FFAA), Forças de Segurança Pública e Poder Judiciário.

“Potencialmente, um “Estado Falido” ou “Débil” é capaz de desestabilizar uma região inteira, onde florescem fanatismos religiosos, tribais ou étnicos, servindo de refúgio a organizações terroristas e criminosas” (Silva, 2007, p.1), a que por norma crescem situações humanitárias de grande sensibilidade.

“Como sempre, as velhas gerações de guerra continuam a existir, mesmo enquanto novas formas evoluem” (Hammes, 2007, pp.9-10). E, nesta sequência, citando este autor, já emergem os primeiros sinais da “Guerra de Quinta Geração” (5GW): “As tendências políticas, económicas e sociais apontam para a emergência de indivíduos extremamente poderosos ou pequenos grupos unidos pela devoção a uma causa mais do que a uma nação. Ao empregarem tecnologias emergentes [como a nanotecnologia e a biotecnologia] eles serão capazes de criar um nível de poder destrutivo que costumava exigir os recursos de uma nação-estado”.

Independentemente da perspetiva “geracional” supra referida, e da consequente caracterização que se poderá enquadrar no tradicional conceito de “Guerra Irregular” a contraposição “Guerra Convencional/Guerra Irregular” perdura na conflitualidade atual. Segundo Arreguin-Toft (2001) cit. por Gaiolas (2009, p.4), “ao contrário da Guerra Convencional, a ênfase da Guerra Irregular não é colocada no combate direto às forças militares oponentes”, distinguindo-se estes conceitos “pelas formas de aproximação e estratégia utilizadas para atingir os efeitos desejados”, além destes não serem considerados “conceitos estanques, podendo coexistir num determinado conflito, ou sequenciar-se indiferenciadamente”.

Porém, “no mundo atual, as FFAA devem estar preparadas para intervir militarmente em todo o espectro de operações. Intervir não significa apenas combater. A sua ação deve ser enquadrada numa estratégia global de atuação, complementando outras áreas da atividade civil” (Fragoso, 2007, p.14). Neste sentido é importante mencionar o papel de organizações como a ONU [“a ONU vem assumindo um papel mais interventivo na área da segurança internacional, enquadrando um conjunto crescente de ações no domínio das operações humanitárias e de paz” (INCM, 2003, p.280)], a NATO [em que uma das suas tarefas fundamentais é a “gestão de crises” [através das NA5CRO (*Non-Article 5 Crisis Response Operations*)], onde “é enfatizada a importância da NATO se manter empenhada na prevenção, gestão, estabilização e apoio à reconstrução das áreas afetadas por crises que constituam ameaça direta à segurança do território e das populações



aliadas” (Ribeiro, 2011, p.9)] ou a UE através das “missões de Petersberg”, pelo que o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) prevê a “capacidade de participação em missões de paz e humanitárias, nomeadamente no quadro da ONU, da NATO e da UE” (INCM, 2003, p.286).

“No entanto, não podemos deixar de nos questionar sobre o que acontecerá se os conflitos futuros deixarem de ser apenas de Guerra Irregular. A história indica que os adversários empregam modalidades de combate que exploram as nossas vulnerabilidades. A concentração excessiva na realidade dos conflitos irregulares poderá fazer esquecer a necessidade de manter a capacidade e proficiência para combater ameaças de alta intensidade. A assunção de que o futuro será forçosamente repleto de Guerra Irregular pode revelar-se catastrófica” (Vicente, 2010a, p.30).

Em síntese, Silva (2007) em poucas palavras consegue caracterizar a conflitualidade atual: “novos cenários, novos adversários, novas tecnologias; exércitos mergulhados em profundos processos de adaptação”.

b. O papel do Poder Aéreo na conflitualidade atual

“As capacidades do PA assistiram nas últimas décadas a avanços revolucionários, nas vertentes do armamento de precisão e nas tecnologias furtivas. Atualmente a revolução da informação, em particular a capacidade de recolher, integrar e transmitir informação, exponencia as vantagens do PA. As necessidades de informação relevante existem hoje como no passado, no entanto a natureza dinâmica do espaço de envolvimento atual, torna-a crucial. A capacidade de ataque de precisão e redução do ciclo de tomada de decisão são críticas para o sucesso, em particular num ambiente urbano” (Vicente, 2008, p.6).

Sendo inegável a importância do papel desempenhado pelo PA na conflitualidade recente, tendo em conta as suas características (Altura, Velocidade e Alcance) e capacidades (Resposta, Flexibilidade, Ubiquidade, Precisão, Mobilidade, Concentração, Penetração, Visibilidade, Diversidade, Adequabilidade e Sobrevivência), importa trazer aqui quais as capacidades e missões de maior preponderância, tendo por referência Vicente (2008, pp.9-11):

- O PA como instrumento de prevenção de conflitos:
 - Utilização da 3ª dimensão, em conjunto com satélites, para efeitos de vigilância;
 - Capacidade de resposta rápida, permitindo projeção e presença imediata de força;



- Capacidade de penetração e ataque no interior de território adversário, constituindo fator de dissuasão;
 - Fornecimento rápido de apoio logístico, moral e de assistência humanitária;
 - Possibilidade de operações de evacuação de não-combatentes em tempos de crise e conflito.
- O PA como instrumento de combate³:
- Estabelecimento de um grau de controlo do ar que permita a neutralização dos sistemas de Comando e Controlo (C2) inimigos, bem como dos sistemas de defesa aérea;
 - Assegurada a superioridade aérea, apoio às operações terrestres através de aeronaves CAS (*Close Air Support*);
 - O recurso a aeronaves de transporte permite a deslocação de forças no teatro de operações e de âmbito estratégico.
- O PA nas Operações de Guerra Irregular:
- Recolha e disseminação de informação;
 - A mobilidade de forças e material.

Em complemento, baseado em Gaiolas (2009, pp.9-11), referem-se as missões que se destacam pela “mais-valia operacional” nas Operações de Guerra Irregular:

- Informações [*Intelligence, Surveillance and Reconnaissance (ISR) / Non-Traditional ISR (NTISR)*]: as Informações podem constituir-se, em cenários de guerra irregular, como a função primária a desempenhar pelo PA. As funções de recolha de ISR, permitem ao Comandante da Força um ganho enorme de consciência situacional;
- Ataque de precisão a alvos no solo: O emprego de armamento guiado de precisão é essencial em operações de Guerra Irregular, por não serem toleráveis danos colaterais que ponham em risco as populações e, consequentemente, o apoio que possam prestar, sendo que o espectro de missões engloba CAS e AI (*Air Interdiction*);
- Transporte Aéreo: O Transporte Aéreo revela-se importante nas operações de Guerra Irregular, estratégica ou taticamente, no apoio às forças de

³ Segundo Vicente (2008), estas atividades terão de ser desenvolvidas partindo de bases de apoio suficientemente próximas do TO.



superfície e às entidades estatais. Na vertente de transporte inter-teatro, pode ser usado para executar a projeção, sustentação, reforço de forças e ainda a retirada do teatro de operações, enquanto que na de intra-teatro, para além do apoio às populações e às entidades governamentais, é fundamental no auxílio logístico às forças da linha da frente, nas operações de infiltração e extração das mesmas. Por fim, a evacuação sanitária, revela-se essencial para o indivíduo a resgatar, mas também para a manutenção do moral da força;

- C2: Capacidade de grande importância, por nela recair a responsabilidade de articulação de todos os restantes elementos do PA na consecução dos objetivos superiormente estabelecidos. De um uso eficaz desta capacidade, dependerá a eficaz gestão de toda a AOR (*Area Of Responsibility*), bem como a manutenção dos níveis de cadência operacional desejados no teatro de operações.

“Em suma e analisando os conflitos recentes verificamos a função determinante do PA no sucesso das operações de gestão de crises e de manutenção de paz. De crucial importância destacam-se as missões ISR, de obtenção e manutenção de superioridade aérea, projeção de força a grandes distâncias, Transporte Aéreo Tático (TAT) e apoio às operações terrestres” (Vicente, 2008, p.10)

c. O caso da Líbia: caracterização do conflito e emprego do Poder Aéreo

No âmbito da Segurança Cooperativa, e mandatada pelo Conselho de Segurança da ONU (CS/ONU), decorreu a Operação “*Unified Protector*” (OUP), liderada pela NATO e em estreita cooperação com a ONU, a UE e a Liga Árabe, cuja missão era constituída por três partes distintas:

- Embargo de armas;
- Implementação de zona de exclusão aérea;
- Proteção das populações (“através de todos os meios necessários”).

Esta operação, “das poucas ocasiões em que o CS/ONU autorizou a comunidade internacional a intervir militarmente para proteger civis do seu próprio Governo” (Rasmussen, 2012d, p.7), caracterizou-se por se inserir no âmbito da Guerra Irregular, com a NATO a apoiar as forças rebeldes, no garante da proteção da população líbia, realizando-se maioritariamente em ambiente urbano, com a conseqüente e complexa gestão dos danos colaterais.



A nível de emprego do PA, e segundo Rasmussen (2012d, p.8) e NATO (2011c), esta missão teve a participação de aproximadamente 260 meios aéreos, que efetuaram cerca de 26.500 saídas, das quais 9.700 foram “*strike sorties*”, tendo destruído mais de 5.900 alvos militares.

Ainda que a OUP tenha sido proclamada como uma “operação modelo” (Daalder & Stavridis, 2012, p.2), a análise deste conflito permitiu tecer algumas conclusões. Referido por diversos autores⁴, e confirmado pelo Secretário-Geral da NATO⁵, os Aliados em capacidades consideradas “críticas” estiveram praticamente dependentes dos Estados Unidos da América (EUA), como ISR, AAR (*Air to Air Refueling*), SEAD (*Suppression of Enemy Air Defences*) e EW (*Electronic Warfare*).

Na OUP foram “utilizadas munições de precisão a tempo inteiro”⁶, não obstante vários autores referirem problemas de falhas de *stock* de munições por parte dos Aliados. Porém, o Gen Jodice, citado por Tirpack (2011, p.37), afirmou ter ao seu dispor todos os meios necessários, nunca precisando de adiar ou cancelar nenhuma missão por falta de munições, e Rasmussen (2011c) faz declarações nesse sentido, afirmando que carências sentidas deveram-se mais a questões políticas que militares. Todavia, este episódio mereceu duras críticas por parte do Secretário de Defesa americano Robert Gates, referindo-se aos europeus por anos e anos de cortes orçamentais na Defesa, forçando os EUA, uma vez mais, a desempenhar um papel preponderante (Cenciotti, 2012, pp.40-41).

Houve críticas ao modo como a NATO conduziu as operações referidas por Anrig (2011) e Cenciotti (2012), em especial por parte das forças rebeldes líbias. Contudo, a NATO esteve sujeita a algumas restrições, como a absoluta necessidade de minimizar danos colaterais e baixas civis, não destruição de infraestruturas básicas e a não presença de tropas NATO no território líbio (dificultando, por exemplo, a coordenação das missões de CAS), conforme Rasmussen (2012d, p.8). Em complemento, Cenciotti (2012, p.43) apresenta mais duas razões pelas quais considera que o PA não foi usado na Líbia, da maneira esperada: A interpretação que foi feita das resoluções da ONU (que, por exemplo, não permitia atacar forças do regime sem que estas estivessem a ameaçar diretamente a população) e as ROE’s (Regras de Empenhamento) demasiado restritas, aliadas aos *caveats* impostos pelas nações participantes às suas forças.

⁴ (Cenciotti, 2012), (Daalder & Stavridis, 2012), (Anrig, 2011) e (Tirpack, 2011).

⁵ (Rasmussen, 2011c) e (Defense News, 2011).

⁶ Afirmação do Lt. Gen. Ralph Jodice (NATO’s *Combined Air Component Commander* na Líbia) citado por Tirpack (2011, p.37).



O facto de alguns Aliados estarem simultaneamente envolvidos noutros TO, como o Afeganistão, apresentou-se como elemento limitador no seu empenho. Aliás Tirpack (2011, p.38) cita as Chefias da Força Aérea (FA) americana, que preveem que uma futura operação semelhante à da Líbia – sem aviso prévio e havendo envolvimento americano noutros TO – será impossível com uma FA mais pequena que a atual.

Segundo Anrig (2011, p.92), referindo-se à OUP, afirmou que esta revelou três categorias de países NATO: os que combateram, os que desempenharam missões “*non-combat*” e os que nem apareceram. Em complemento, Daalder et al. (2012, p.4) referem que embora a unidade política da NATO esteja melhor, ainda há muito a fazer. Muitos dos Aliados que não participaram, fizeram-no por falta de recursos, mas não deixaram de manter o apoio político à OUP. Por exemplo a Alemanha, ainda que tivesse condições para participar, não o fez, mas reforçou o seu envolvimento na vigilância aérea no Afeganistão. Não obstante, estes autores citam alguns comentadores que expressaram o receio de que esta “abstenção aliada” reflita uma falta de solidariedade interna ou, pior, a emergência de uma Aliança a “dois-tempos” em que uns dedicam-se às missões humanitárias e de paz e outros “carregam o fardo do combate”. Veja-se que os dois países europeus com melhor capacidade SEAD (Alemanha e Itália), um não participou e o outro ofereceu “apoio relutante”, conforme Anrig (2011, p.105), o que terá contribuído para que, segundo Cenciotti (2012, p.42), os meios aéreos que efetuaram os primeiros ataques na Líbia o fizessem sem uma escolta SEAD adequada e bem antes da destruição das defesas aéreas líbias ativas.

Segundo Cenciotti (2012, p.41 e 43), a OUP reforçou o requisito de aeronaves de combate “*low-cost*”, por forma a conter os custos de operações prolongadas, ainda que este cenário de baixa letalidade fosse uma oportunidade para algumas FA mostrarem as suas capacidades e testarem novos equipamentos em ambiente real. Mas o certo é que o sucesso desta operação permitiu a algumas FA terem argumentos para solicitarem reforços orçamentais para preservação das suas frotas, face a um cenário anterior de grande contenção.

d. Síntese Conclusiva

Procurando analisar as características da conflitualidade contemporânea, teve-se como referência o após 11Set2001 e partiu-se da análise do conceito 4GW, trazendo aqui a caracterização dos atores e do teatro onde operam, sua estratégia e organização. Numa perspetiva de evolução e tendência, também se apresentou o conceito 5GW, que reduz a



dimensão do ator ao indivíduo (ou grupo de pequena dimensão) com grande motivação ideológica e acesso a tecnologias emergentes cujo custo de utilização será incomparavelmente mais baixo, quando comparado com os custos que conseguem infligir a um Estado.

Independentemente desta tendência apresentada, constata-se que os conflitos atuais e futuros desenvolvem-se num ambiente multidimensional e complexo, inviabilizando a sua resolução com recurso único e exclusivo às FFAA, cuja atuação é influenciada por uma multiplicidade de fatores, sendo necessária coordenação e coerência de ação entre o instrumento militar e os outros instrumentos de poder (Político, Civil e Económico). Consequentemente, conceitos como Operações Baseadas em Efeitos (EBAO) ganham relevância na conflitualidade contemporânea, onde, em relação ao PA, os efeitos psicológicos e físicos resultantes das ações aéreas conseguem influenciar o comportamento do adversário (Vicente, 2008).

Como consequência desta conflitualidade, nos Estados onde a mesma decorre assistem-se a situações que afetam gravemente a Segurança Humana e que por vezes têm implicações para a Segurança Cooperativa (Ex: geração de fluxos migratórios, pirataria), pelo que no contexto de atual conflitualidade as missões relacionadas com gestão de crises têm elevada relevância no âmbito das OI.

Para o PA, a conflitualidade atual traz desafios, em que o principal está relacionado com a necessidade de minimizar danos colaterais e baixas civis, em cenários urbanos em que o antagonista se confunde com a população e inclusive a usa “como arma e como escudo”. Tal como é considerado um elemento-chave para o adversário, a informação também tem um papel crítico para o PA, cuja capacidade de recolha, integração e transmissão, exponencia as suas vantagens (Vicente, 2008). Outro desafio está relacionado com a localização dos TO, que obriga à projeção de força a grandes distâncias e para determinadas missões obriga a AAR, face à distância entre o TO e a base de apoio. Perante este panorama verifica-se que o PA possui capacidades para lhe fazer face, seja numa perspetiva de prevenção de conflitos, seja como instrumento de combate. Destas capacidades, destacam-se as de ISR, ataques de precisão a alvos no solo, transporte aéreo e C2.

Olhando para a OUP como um “estudo de caso”, verifica-se da importância do emprego das capacidades acima referidas, ao mesmo tempo que sobressaem restrições ao seu efetivo emprego. Em primeiro lugar surgem as limitações impostas ao nível político/estratégico que se repercutem ao nível operacional, como as restrições impostas



pela ONU de não haver tropas no terreno, ou a minimização de danos colaterais, associadas aos “*caveats*” dos Aliados empenhados. Relacionado com a diminuição de recursos alocados ao PA pelos Aliados, seguem-se as capacidades “críticas” (com destaque para ISR, SEAD, EW e AAR), em que a NATO praticamente esteve dependente dos EUA, com o qual tornou a contar quando houve problemas de *stock* com munições de precisão, sendo também muito importante mencionar a problemática da presença simultânea de alguns aliados em vários TO (Ex: Líbia e Afeganistão), cuja presença nalguns casos já soma anos, e com as consequentes questões relacionadas com os recursos necessários à sua manutenção, num momento de grandes restrições orçamentais.

Em resposta à PD1, atualmente verifica-se a predominância dos conflitos irregulares que se enquadram nos conceitos apresentados de 4GW ou até de 5GW, visto como uma tendência, o que permite igualmente validar a Hipótese 1. Face a este espectro de conflitualidade, o PA possui capacidades que lhe permitem dar resposta, ainda que o seu emprego esteja sujeito a desafios como: minimização de danos colaterais, necessidade de informação, projeção de força e atribuição de recursos ao PA num contexto de crise.



2. O emprego do Poder Aéreo Nacional

“A aplicação do PA, designadamente o PA Nacional, tem relevado crescente importância no âmbito da Segurança Cooperativa, na Vigilância e Controlo do Espaço Aéreo, na Fiscalização e Patrulhamento do Espaço Interterritorial, na Projeção e Sustentação de Forças Destacadas e na Segurança Humana, garantindo um serviço público impar e insubstituível no apoio aos portugueses, onde e quando necessário” (FAP, 2011, p.2).

Face aos compromissos assumidos, é importante analisar a prestação da FAP, em especial quais as capacidades utilizadas, pelo que se demonstra essa utilização através de exemplos ilustrativos da sua participação dentro do espectro de missões em que atua. De referir que no Anexo C encontra-se um enquadramento normativo que sustenta o emprego das capacidades da FAP, mencionando o Conceito Estratégico (CE) da NATO e os documentos nacionais mais relevantes.

a. Ajuda Humanitária – Participação UNTAET

No âmbito da UNTAET (*United Nations Transitional Administration in East Timor*), a FAP envolveu dois destacamentos para apoio desta missão: C-130 e Alouette III. Relativamente ao destacamento de C-130, segundo Durães et al. (2010, p.218) e Machado (2000, p.9), este decorreu de Fev2000 a Jun2000, esteve sediado em Darwin e a sua missão principal era prestar apoio aos militares portugueses da UNTAET e à população timorense através da realização de voos regulares Darwin-Díli-Darwin. Para além do transporte de pessoal e equipamentos necessários às forças portuguesas, este destacamento também efetuou o transporte de carga de agências humanitárias, pessoal português civil em missão, bem como missões inopinadas solicitadas no âmbito da ONU.

Quanto ao ALIII, e segundo Pereira (2003, pp.31-37) o destacamento efetuado em Díli durou de Fev2000 a Jul2002, e tinha como missões transporte VIP, TAT, evacuação médica, evacuação aérea em área de combate, Transporte Aéreo Geral (TAG), SAR (*Search and Rescue*), observação e monitorização de fogos. De referir ainda a realização da Operação “Cobra”, que teve por objetivo combater milícias infiltradas entre a população, obrigando à ativação de um “sub-destacamento” em Same, que tinha como missão a realização de transporte aéreo logístico, transporte sanitário do terreno de operações para hospital de campanha, reconhecimento visual e transporte de tropa – Heli-assalto.



Ainda que reportado a 2000, o exemplo aqui apresentado permanece atual, no quadro de conflitualidade contemporânea, mostrando a participação nacional em contexto internacional numa operação de manutenção de paz, através da ONU. Esta participação reflete a importância que as missões de transporte têm nos TO contemporâneos, e nas suas diversas vertentes, em especial quando relacionado com a Segurança Humana, para a qual Portugal também contribuiu com os meios da FAP aí destacados.

A participação portuguesa nesta missão internacional de caráter humanitário e de manutenção da paz é despoletada no âmbito das OI a que Portugal pertence. É certo que esta missão é de 2000 e os documentos em causa são posteriores, mas é de mencionar a importância que o poder político dá à participação nacional neste tipo de missões, conforme vertido no CEDN, na Diretiva Ministerial de Defesa (DMD) e no Programa de Governo, pelo prestígio que advém da participação nestas missões. Porém, refira-se que a participação portuguesa em Timor-Leste vai igualmente de encontro aos interesses estratégicos nacionais, no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

b. VIMAR – Afundamento do *Prestige*

Ainda que esta missão tenha sido desempenhada pelo C-212 Aviocar e atualmente já não esteja ao serviço da FAP, o seu sucessor, o C-295, segundo Oliveira (2011, p.7), mantém as capacidades no que diz respeito à monitorização e controlo da poluição marítima.

Segundo Mateus (2003, pp.2-10), em Nov2002, Portugal sentiu pela primeira vez uma séria ameaça de poluição marítima, sendo inclusive na altura ativado um Gabinete de Crise para acompanhamento da situação, que resultou de um rombo no casco do “*Prestige*” com consequente derrame de hidrocarbonetos. Ainda que o acidente tenha ocorrido fora da nossa Zona Económica Exclusiva (ZEE), esta poderia ser afetada, tendo em conta a progressão prevista da mancha de poluição. Esta foi uma operação conjunta e combinada, de cariz não militar, onde a Esq.^a 401 participou como componente do Sistema de Autoridade Marítima (SAM), cujas missões tinham como objetivo:

- Controlo da poluição, através do reconhecimento, caracterização, seguimento e confirmação do movimento das manchas;
- Combate à poluição, através da monitorização da situação e o encaminhamento dos meios navais.



De referir que, na defesa dos interesses nacionais, outra das missões atribuídas foi “detetar e reportar outro tipo de poluição, não necessariamente originada pelo naufrágio do “Prestige”, mas tendo origem em descargas ilegais por parte de navios em trânsito, aproveitando certamente o desastre ambiental para proceder a lavagens” (Mateus, 2003, p.7).

A missão aqui em causa, em contexto nacional, ainda que remonte a 2002, enquadra-se nas missões de interesse público (concretamente de proteção ambiental) previstas no CEDN, indo de encontro às preocupações vertidas na DMD, bem como à prioridade estratégica atribuída ao mar pelo atual Governo, face a dimensão da nossa ZEE e a proteção dos recursos aí existentes.

c. Defesa Aérea – “Euro 2004”

No âmbito do Policiamento Aéreo, segundo Lopes (2004, pp.7-10), o “Euro 2004” permitiu uma iniciativa histórica: em complemento aos F-16, utilizaram-se os helicópteros da FAP também como meios interceptores, sendo a primeira vez que a FAP pôs ao serviço tais meios em missões específicas de Defesa Aérea, e que consistiu na integração das suas capacidades para utilizar o helicóptero e o atirador especial. Neste sentido, Lopes considera que esta ação constituiu o princípio de uma nova capacidade na FAP com um potencial de utilização por Portugal muito premente e eficaz em determinadas ocasiões, sendo que, caso assim se pondere superiormente, será necessário pensar “o enquadramento e doutrina para a sua utilização e todas as medidas de sustentação respetivas de forma a possibilitar um emprego credível e eficaz”.

No contexto de conflitualidade atual, as missões de policiamento aéreo ganharam força, em especial após os acontecimentos de 11Set2001. Tendo sido o “Euro 2004” um evento da alta visibilidade, verificou-se a alocação de meios “não tradicionais” à defesa do espaço aéreo, que simultaneamente operavam de forma conjunta com as Forças de Segurança no garante da segurança do evento.

d. Defesa Aérea – “Baltics Air Policing”

Em Nov2007, e por um período de mês e meio, a FAP empenhou quatro F-16 na missão “Baltics Air Policing”. Segundo a Revista “Mais Alto” (2007a, p.11) e (2007b, p.10), esta foi uma operação de Defesa Aérea da NATO, dedicada a zelar pela guarda e vigilância do espaço aéreo dos três países Bálticos: Lituânia, Letónia e Estónia, em que duas das aeronaves nacionais se encontravam em QRA (*Quick Reaction Alert*).



Segundo a Esquadra 301 (2007), as missões por si realizadas, em ambiente de treino, consistiam em saídas onde, nas áreas de trabalho sobre o espaço aéreo dos três Países, se implementavam as mais recentes táticas com o objetivo de integrar os meios aéreos com militares que desempenhavam funções de C2 do mencionado espaço aéreo.

Esta missão, no quadro da Defesa Coletiva, vai de encontro ao grande empenho que Portugal põe na participação na NATO, considerada a “melhor opção de Portugal no quadro da defesa do nosso espaço geográfico e da valorização da nossa posição estratégica” (INCM, 2003, p.285), sendo previsto, em meados de 2012, uma participação na Islândia no mesmo âmbito.

e. Patrulhamento Marítimo – Operação “*Ocean Shield*”

Segundo Rebelo et al. (2011), de Abr2011 a Jun2011, decorreu um destacamento da Esquadra 601 com um P-3C/CUP+ na República das Seychelles, onde esteve ao serviço da NATO e integrou a operação “*Ocean Shield*”, destinada a combater a pirataria marítima no corno de África. Este destacamento foi integrado no CTF 508 (*Combined Task Force*), que foi dotado pela primeira vez com uma aeronave de patrulhamento e reconhecimento marítimo (MPRA), justificado pela autonomia, raio de ação e capacidade de deteção dos sensores da aeronave. Conforme Rebelo et al. (2011), o P-3C teve como missões primárias o patrulhamento marítimo e ISR [junto à linha de costa para acompanhar e vigiar as atividades em terra dos PAG (*Pirate Action Group*)], tendo como missão secundária SAR.

Rebelo et al. (2011), consideram que o P-3C é uma plataforma excepcionalmente dotada para este tipo de missão, ao nível dos sistemas e sensores táticos, permitindo um desempenho traduzido na superior capacidade de deteção, processamento de dados e apresentação ao operador. Neste sentido, além de um trabalho de análise de *Intelligence* reconhecido por todos os meios e comandos envolvidos na missão, o Comandante da Força teve ao seu dispor informação relevante que lhe permitiu uma ação mais abrangente e dinâmica.

A missão aqui descrita enquadra-se no âmbito da Segurança Cooperativa. Os atos de pirataria perpetrados no corno de África refletem a situação de Estado Frágil em que a Somália se encontra, funcionando como base operacional para os piratas, o que consegue ter repercussões mundiais, ao pôr em causa a segurança de uma das mais importantes rotas comerciais marítimas. Esta conjuntura preocupa a comunidade internacional, que se reflete no empenho que as OI dão ao problema, onde a FAP já participou, quer sob a égide da UE, quer sobre a égide da NATO (missão em causa). Refira-se que Portugal está a ceder um



meio vocacionado para a sua realidade geoestratégica, conforme previsto no CEDN, mas onde o combate à pirataria encontra cabimento nas capacidades que possui.

f. VIMAR – Operações “FRONTEX”

Segundo EMFA (2011) e Azevedo et al. (2011), a instabilidade económica global surge como a principal causa das migrações registadas a nível mundial, o que tem gerado grandes fluxos migratórios sem precedentes, especialmente originados nos países menos desenvolvidos da Ásia, de África, da América do Sul e da Europa do Leste, tendo como destino principal a Europa Ocidental. Neste sentido, na defesa dos interesses de Portugal e da UE, a FAP, a pedido da FRONTEX (Agência Europeia de Gestão da Coordenação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia), empenhou um Destacamento Aéreo de uma aeronave C-295M VIMAR, para operações de Vigilância Marítima (VIMAR) que se realizaram entre Fev2011 e Jul2011. Durante o período em causa, este Destacamento participou em três Operações distintas (Hermes, Poseidon e Índalo, todas realizadas no mar Mediterrâneo), mas com um objetivo comum – detetar, seguir e identificar alvos de interesse, bem como prestar auxílio a embarcações em apuros, contribuindo para um controlo mais ativo e eficiente das fronteiras marítimas.

Segundo Azevedo et al. (2011), dentro das missões executadas, e tendo em conta as características e capacidades dos sensores que equipam o C-295M VIMAR, foram realizadas diversas ações aéreas que podem ser assim tipificadas, refletindo a versatilidade da plataforma:

- Imigração Ilegal;
- Controlo de tráfego marítimo;
- Transporte de droga ou contrabando;
- Poluição marítima;
- SAR.

A missão aqui descrita enquadra-se na dimensão da Segurança Cooperativa, procurando mitigar o impacto económico e social que o fenómeno gera nos países de destino. Mas para além da dimensão cooperativa, este é um tema que gera preocupação no contexto nacional, conforme refletido no CEND e na DMD, tendo em conta a nossa posição geoestratégica, daí que as missões FRONTEX cumpridas estão entre as que habitualmente a Esquadra executa.



g. TACP – Participação ISAF

Mais importante que referir a evolução verificada a nível de constituição e equipamento no TACP (*Tactical Air Control Party*) nacional, é evidenciar o papel que este possui na conflitualidade contemporânea. Segundo Vicente (2010c, pp.82-83), o TACP desempenha uma função vital no TO (ainda que não opere no TO de forma autónoma), aconselhando o Comandante da força terrestre sobre as capacidades das plataformas aéreas disponíveis, participando no planeamento das operações terrestres e efetuando coordenação e controlo das missões CAS para apoiar as operações em curso. De mencionar que a evolução do conceito CAS exige cada vez mais uma maior interoperabilidade a todos os níveis entre os participantes, até porque a prevenção de fratricídio, os danos colaterais e os eventuais efeitos indesejados resultantes do emprego do PA assim o obrigam.

Um pormenor importante a ressaltar é que, segundo Machado (2008), “o TACP português na ISAF (*International Security Assistance Force*) adquiriu ele próprio o estatuto de “entidade certificadora” da NATO tendo já certificado FAC (*Forward Air Controller*) de vários países à sua chegada ao Afeganistão”, sendo inclusive considerando por Vicente (2010c, p.83) um “importante nicho de capacidade nacional”, relevando a qualidade reconhecida que a mesma possui.

Esta é uma capacidade nacional, cuja utilização operacional tem sido praticamente em contexto internacional, ao abrigo da participação portuguesa nas OI. Conforme atrás referido tem um papel preponderante nos TO contemporâneos, através da coordenação de meios.

h. Missões Humanitárias e de Paz – Participação portuguesa

Tendo por base o trabalho desenvolvido por Durães et al. (2010, pp.193-232), é pertinente analisar a participação portuguesa em missões de paz. Ainda que se tenha que ter em conta que o trabalho em causa diga respeito a 95 eventos⁷ ocorridos entre 1983 e 2008, permite tirar algumas conclusões sobre quais os meios nacionais envolvidos, TO em que participaram e responsabilidade pelo comando da missão. Contudo, será necessário algum cuidado na análise dos eventos identificados e na sua comparação, na medida em que se pode estar a comparar (e a atribuir o mesmo peso relativo) a eventos de duração diferente ou de natureza de missão diferente.

⁷ “Estes eventos estiveram associados a missões de apoio à paz ou de imposição dessa paz, sob mandato da ONU, nos casos em que envolveram aeronaves de combate” (Durães & Eugénio, 2010, p.229).



Independentemente deste considerando, é interessante concluir, face ao estudo dos eventos identificados, que o comando nacional predomina na maioria das missões em que Portugal participou com meios aéreos (segundo-se a NATO em segundo lugar), o peso das aeronaves de transporte (em especial o C-130⁸) nas missões realizadas e o peso de África como destino dessas mesmas missões [maioritariamente para os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)].

“Embora a FAP, ao longo do período estudado, tenha participado com quase todos os seus meios operacionais, poder-se-á dizer que a adaptação aos novos cenários tem sido feita muito mais à custa do “*soft power*”, uma vez que a utilização do PA é largamente maioritária nos meios aéreos de transporte. Meios aéreos com sistemas de armamento representam uma minoria, [que se torna ainda menos significativa] se nos limitarmos aos meios de combate aéreo, missão primária de uma FA” (Durães & Eugénio, 2010, p.232).

i. Síntese conclusiva

Em relação à utilização das capacidades do PA nacional, procurou-se trazer aqui exemplos da participação em diversas missões que espelhassem esse espectro de capacidades. Neste sentido, verifica-se que a FAP possui ao seu serviço SA cujas capacidades, além de devidamente enquadradas ao nível legislativo, permitem cumprir as missões que lhe estão atribuídas, seja num contexto nacional ou internacional, seja numa dimensão de Defesa, Segurança Cooperativa ou Segurança Humana, conforme se comprova pelo estudo da participação em algumas dessas missões. Nesta perspetiva, procura-se de seguida analisar as dimensões em causa:

- Defesa: Aqui sobressai o emprego do F-16 em que garantindo a Defesa do Espaço Aéreo Nacional, reúne igualmente condições para, no âmbito da Defesa Coletiva, participar na Defesa do Espaço Aéreo NATO.
- Segurança Cooperativa: É neste âmbito que recai grande parte da participação internacional dos meios nacionais, com o combate a ameaças como a pirataria ou a emigração ilegal, mas também em missões de paz, cuja participação incidiu sobre as missões de Transporte Aéreo ou a participação TACP na ISAF. Contudo Portugal possui ao seu dispor meios que poderiam ser igualmente utilizados neste âmbito. Fazendo a ligação

⁸ “Embora a FAP, ao longo do período estudado, tenha participado com quase todos os seus meios operacionais, o C-130 é, de longe, o meio mais utilizado, pela sua versatilidade e utilidade nas missões de apoio à paz” (Durães & Eugénio, 2010, p.232).



com as capacidades mais relevantes do PA na conflitualidade atual identificadas no capítulo anterior, verifica-se a possibilidade de emprego do F-16MLU em ataques de precisão a alvos no solo, ou a utilização do P-3C como plataforma de ISR e também de C2, com utilização muito pertinente destes meios em cenários recentes como a Líbia ou o Afeganistão. A respeito da possibilidade do emprego do P-3C nestes cenários, considera-se importante a consulta do Anexo E onde, numa perspetiva de flexibilidade do PA e otimização dos recursos disponíveis, analisa-se a alteração do tipo de missão que uma aeronave tinha a cargo. Tem-se o CP-140 da Força Aérea Canadiana, uma típica aeronave de MPA (*Maritime Patrol Aircraft*) a fazer, com elevado grau de sucesso, missões de SCAR-C (*Strike Coordination and Armed Reconnaissance-Coordinator*), colmatando uma capacidade crítica, ao assumir uma “*battle manager function*” no TO.

- Segurança Humana: Em contexto internacional, outra das dimensões em que Portugal tem grande participação, através do empenho em missões humanitárias.
- OMIP: não sendo propriamente missões militares, têm elevada relevância no contexto nacional, através da vigilância da componente marítima do nosso Espaço Estratégico de Interesse Nacional (EEIN), onde se incluem, entre outras, as missões de controlo e combate à poluição, importantes na defesa dos recursos existentes.

Em complemento, é importante referir que a participação nacional vai de encontro à concretização dos objetivos de Estado, no âmbito da política externa, “contribuído largamente para o prestígio, afirmação e credibilidade nacionais” (INCM, 2010a, p.23152). Contudo, ainda que tenhamos os meios e a vontade, a sua utilização está subordinada ao poder político, que tem a última palavra na decisão de como e onde se processa o seu emprego.

Face ao exposto, e em resposta à PD2, a FAP tem utilizado maioritariamente as suas capacidades no âmbito da segurança humana e cooperativa, com enfoque nas missões de transporte, mas também de vigilância e reconhecimento, ainda que, como anteriormente referido, tenhamos outras capacidades que não têm sido efetivamente usadas, de grande relevância na conflitualidade contemporânea, sendo assim possível validar a Hipótese 2. Citando Araújo (2008, p.6), “naturalmente que nós cumprimos aquilo que quem de direito



determina e nas democracias quem tem o direito de decidir esse envolvimento são as autoridades políticas”.



3. Análise das capacidades do Poder Aéreo Nacional

a. Limitações atualmente sentidas

“A conjuntura financeira nacional atual, que situa a capacidade de sustentação financeira do Regime de Esforço (RE) para operações aéreas na ordem dos 30 a 40M€/ano, correspondendo a sensivelmente metade dos 76M€ necessários para fazer face às necessidades decorrentes do nível de ambição previsto no Conceito estratégico Militar (CEM) e vertido no Sistema de Forças Nacional (SFN), compromete seriamente a capacidade operacional da Organização e a possibilidade de responder aos desafios nacionais e internacionais que lhe são colocados” (FAP, 2011).

Estes dados, patentes no relatório de gestão da FAP de 2010, dizem respeito a uma execução de 23.296HV sendo que, segundo EMFA/DIVOPS (2011), houve uma execução estimada em 2011 de 19.345HV, ao mesmo tempo que é proposto para 2012 um RE de 16.975HV com um custo estimado de 35,48M€.

Na preparação dos cenários que conduziram à aprovação do RE acima mencionado, o EMFA/DIVOPS (2011, p.4), conforme diretivas superiores, assumiu como prioridades:

- Defesa Aérea;
- SAR;
- Missões nas Ilhas;
- Instrução;
- TAG.

Contudo, para este cenário, o EMFA/DIVOPS (2011), descreve as consequências gerais assumindo um RE aproximado de 16.000 horas, de que se destaca:

- Salvaguardada a capacidade operacional básica para efetuar Policiamento Aéreo, TAG, SAR e OMIP;
- Capacidade operacional para participação em operações complexas no âmbito da NATO/EU muito condicionada;
- Elevado impacto na qualificação das tripulações e manutenção da sua proficiência;
- Condicionada a capacidade de assegurar a sustentabilidade a médio/longo prazo das frotas;
- Custo da HV muito elevado, face aos custos fixos de sustentação.



b. O conceito “*Smart defence*”

Conforme se aferiu da análise da OUP, verificou-se a dificuldade dos aliados garantirem capacidades que permitam o cumprimento dos compromissos assumidos, mercê, mormente, dos problemas de índole orçamental que atravessam, e que obrigam a cortes na despesa pública, com óbvio impacto na Defesa. Estando em discussão na NATO o conceito “*smart defence*” e a sua implementação, pretende-se trazer aqui as linhas gerais desta problemática, encontrando-se no Anexo D uma análise mais detalhada.

Face aos números vindos a público sobre a despesa/investimento em Defesa dos aliados, conforme Rasmussen (2011a) e (2012d), e AIP (2011a), muitas preocupações se levantam relacionadas com as consequências que daqui advêm. Segundo Braddon (2009), Melese (2009) e Rasmussen (2011a), assiste-se aos países aliados de menor dimensão com grandes dificuldades em assumir os compromissos assumidos a confiar cada vez mais nos países aliados de maior dimensão (maioritariamente os EUA), que por sua vez também enfrentam dificuldades orçamentais. Isto terá reflexo nas capacidades militares ao dispor da NATO, e conseqüentemente no papel que esta pretende ter como “*player*” da segurança mundial. Aliás, Rasmussen (2011a) alerta que esta situação conduzirá a uma Europa mais dividida, mais fraca e mais afastada dos EUA (que inclusive poderá procurar outros parceiros), tornando o papel europeu na segurança internacional praticamente irrelevante.

Sendo consensual que nenhum País sozinho consegue assegurar todas as capacidades, conforme Rasmussen (2011a) e AIP (2011b), urge tomar medidas para que a NATO não se torne irrelevante na cena internacional, em especial quando se assiste a países emergentes a incrementarem as despesas de Defesa. Face a este cenário Rasmussen (2011b), propõe o conceito de “*smart defence*” em que, não sendo admissível gastar menos, mas não podendo gastar mais, há que gastar melhor, o que obriga a priorizar, especializar e a procurar soluções multinacionais, procurando garantir mais segurança por menos dinheiro, trabalhando com maior flexibilidade, evitando tornar uma crise financeira numa crise de segurança. Assim, diminui-se a dependência dos EUA das “*costly advanced capabilities*”, permitindo aos aliados europeus um adequado reequipamento, mitigando o “*gap*” EUA/Europa e equilibrando o “*defence burden*” (Rasmussen, 2012d) e (NATO, 2012g). Refira-se que com o “*smart defence*”, o conceito de interoperabilidade ganha maior importância, conforme Rasmussen (2012c) e NATO (2012f).

Neste sentido, Rasmussen (2011a) propõe três caminhos: “*pool and share*”, priorizar e melhor coordenação de esforços. Quanto ao “*pool and share*”, são apresentados exemplos de boas práticas, onde é possível encaixar o programa MLU (*Mid-Life Upgrade*)



da EAPAF (*European Participating Air Forces*) ou a participação portuguesa no “*Baltics Air Policing*”. Relativamente à priorização, menciona-se a definição na Cimeira de Lisboa de um “pacote de necessidades que a NATO considera críticas”, em que no âmbito deste trabalho se realça o TAT e o JISR (*Joint ISR*) (contribuição na vertente dos sistemas ISR nacionais). Na questão da coordenação, a NATO oferece-se para fornecer a “*big picture*” do que os aliados “querem e precisam”, encorajando as Nações a especializarem-se em determinadas capacidades, ou a procurar assegurar coerência em eventuais cortes orçamentais que as Nações necessitem de fazer, minimizando o seu impacto nas capacidades aliadas, sendo que, neste processo de coordenação, a “soberania nacional” tem sempre a última palavra.

Olhando aos desafios na implementação deste conceito, a questão da soberania é aquela que mais sobressai. Aliás Rasmussen reitera o papel consultivo e coordenador que a NATO pretende ter. No caso nacional, segundo o jornal Diário de Notícias (DN) (2011a) e (2011b), o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) mostra prudência na aplicação deste conceito, ainda que assuma a sua pertinência, na medida em que poderá haver conflitos de interesses com aliados dentro do nosso EEIN, considerando haver “instrumentos de ação críticos no plano militar que atualmente não são partilháveis, mesmo com Estados amigos da NATO e UE, que se devem preservar no estrito domínio nacional” que este identifica, dos quais destacam-se:

- Vigilância e o controlo dos espaços de soberania;
- Patrulhamento e fiscalização dos espaços interterritoriais;
- SAR;
- Capacidade autónoma mínima de reação imediata.

Segundo AIP (2011b), a cooperação de defesa é difícil, mas é indispensável, ainda que implique alguma perda de independência e de autonomia operacional, o que requer uma mudança de cultura/mentalidade baseada na confiança mútua, em que cita o presidente do Comité Militar da UE: “é preferível ter soberania partilhada sobre algo, do que ter soberania individual sobre nada”.

“Neste sentido, urge identificar os objetivos políticos prioritários para Portugal e definir uma estratégia nacional integrada para a consecução destes, onde o MDN (Ministério da Defesa Nacional) tem um papel central na sua definição” (AIP, 2011b).



c. Análise das Capacidades dos Sistemas de Armas da Força Aérea

Tendo em conta as restrições orçamentais a que a FAP está sujeita, importa analisar quais os SA e Capacidades que dispõe, no sentido de definir prioridades e apostar naquelas que permitam cumprir os compromissos assumidos por Portugal, ao mesmo tempo que poderão contribuir para, dentro do conceito de “*smart defence*” ser um nicho de especialização, concorrendo para a concretização das capacidades que a Aliança identificou como mais pertinentes.

(1) Lockheed C-130 H Hercules

“As suas excecionais características operacionais (robustez, versatilidade, capacidade, raio de ação e autonomia), garantem à FAP a capacidade para a realização de missões de TAT e TAG, de patrulhamento marítimo e SAR, apoio logístico às FFAA Portuguesas e Forças NATO, operações de combate a incêndios florestais, etc.” (FAP, 2012a).

“Embora tenha trinta anos continua a servir, como em outras Forças Aéreas, muito bem as nossas necessidades” (Araújo, 2008, p.3).

Mesmo que o SFN preveja a substituição da frota C-130, a partir de 2015, por contrapartida da aquisição e exploração de Aeronave de Transporte Estratégico (TCC-H), face ao quadro de elevada restrição orçamental que se vive, é muito pouco provável que tal aconteça num futuro próximo. Contudo, esta deverá ser uma capacidade que Portugal, independentemente de algumas limitações operacionais que a obsolescência lhe traga ou venha a trazer e que a restrinjam como um possível “nicho de especialização”, não deverá abdicar, pelas razões que abaixo se descrevem:

- Conforme exposto no primeiro capítulo, as missões de Transporte Aéreo possuem elevada relevância no quadro da conflitualidade atual;
- A ênfase que o poder político atribui à participação em missões internacionais de carácter humanitário e de manutenção da paz, quer no quadro nacional quer no contexto das OI que Portugal integra (PCM, 2011, p.111) e (Coelho, 2011, p.6), com as quais concorre para o garante “da concretização dos objetivos do Estado e da satisfação dos seus compromissos internacionais, atuando como instrumento da política externa” (INCM, 2003, p.286);



- Segundo Durães et al. (2010, p.232) , o C-130 é o meio mais utilizado nas missões de apoio à paz em que Portugal participa, maioritariamente de responsabilidade nacional;
- O Comando Aéreo (CA) (2011, p.4), na preparação do RE2012, considera crucial preservar a capacidade tática do C-130, propondo um novo conceito de utilização, que passa por desempenhar principalmente as missões para as quais o C-295 é inadequado;
- Vicente (2010c, p.83) considera o C-130 essencial para a projeção estratégica das Forças Nacionais Destacadas (FND), cujas capacidades têm-se revelado um nicho extremamente importante para Portugal, independentemente das limitações operacionais;

Face ao exposto, e não sendo possível a substituição deste SA, deverão em sede própria serem analisadas soluções que mitiguem as limitações operacionais que o mesmo apresenta, no sentido de não deixar “cair” uma capacidade de elevada importância na projeção dos interesses nacionais.

(2) EADS C-295M

Segundo EMFA (2011, p.4), A Esq.^a 502 opera atualmente doze C-295M, sete na versão de TAT e cinco na versão VIMAR, cujas capacidades permitem efetuar um vasto leque de missões, essenciais para garantir a salvaguarda de vidas humanas, a defesa dos interesses e dos recursos naturais do país e da sua soberania. Possui igualmente um conjunto de equipamentos e sensores que sustentam a capacidade para operar em Teatros de Conflito, conforme FAP (2012b). Acresce que, segundo Pinheiro (2012, p.7), esta é uma “*Multi-role platform*” que proporciona capacidade ISR, graças aos seus sensores modernos e de superior alcance.

Dentro das capacidades operadas, sobressai a de ISR, quer pela sua elevada relevância no quadro da conflitualidade atual, quer pela importância que a NATO lhe atribui dentro das “*the Alliance’s most pressing capability needs*” (NATO, 2011a), facto igualmente confirmado pelo seu Secretário-Geral (Rasmussen, 2012d, p.15). Contudo, é importante lembrar as capacidades de TAT, de grande importância nos TO contemporâneos.

Sendo a VIMAR umas das missões atribuídas Esq.^a 502, é importante relacioná-la com a importância que o poder político atribui às questões relacionadas com o mar (PCM, 2011, p.110), bem como o contributo que tem para “participar na prevenção e combate a



certas formas de crime organizado transnacional, especialmente o tráfico de droga, o tráfico de pessoas e as redes de imigração ilegal, e para participar na prevenção e combate contra as ameaças ao nosso ecossistema” (INCM, 2003, p.286). Ainda que em contexto internacional, é de referir a participação em missões FRONTEX, pois além de permitir uma utilização plena destas capacidades em prol da Segurança Cooperativa, funciona como uma fonte de receita para a FAP, pelo que o CA (2011, p.4) considera muito importante esta participação nacional, permitindo financiar o RE de outras aeronaves.

Por força de um contrato de manutenção “complexo” e que “apresenta vários condicionalismos à operação” (CA, 2011, p.2), está prevista a atribuição de um RE considerado “desproporcionado”, razão pela qual foi proposta pelo CA (2011, p.3) a transferência para o C-295, dentro das limitações das suas características técnicas, das missões de transporte anteriormente executadas pelo C-130, bem como uma maior participação do C-295 em missões FRONTEX.

Face ao exposto, ainda que com eventuais limitações impostas pelo contrato de manutenção, no que às HV diz respeito, é possível considerar as capacidades VIMAR (inclui ISR) do C-295 como um eventual “nicho de especialização”, numa perspetiva de segurança cooperativa, tendo em conta a sua vocação para a realidade marítima nacional. Ainda que não possa ser considerado um verdadeiro “nicho de especialização”, fica o apontamento de uma capacidade TAT passível de usar em Teatros de Conflito.

(3) Agusta-Westland EH-101 Merlin

A FAP possui doze EH-101 em três variantes distintas para três tipos de missões diferentes: seis de variante SAR, dois de SIFICAP (Sistema de Fiscalização e Controlo das Atividades da Pesca) e quatro CSAR (*Combat SAR*), conforme FAP (2012c). Segundo Araújo (2008, p.4), possui condições para ir às 400 milhas e estar lá 30 minutos, em quaisquer conduções meteorológicas de noite e de dia, pelo que Pinheiro (2012, p.7) considera que as missões de SAR, a par das missões de garante da soberania, são das mais importantes que a FAP executa.

Indubitavelmente, a missão SAR é a que tem maior visibilidade, dentro daquelas que a Esq.^a 751 tem atribuídas, concorrendo para o enfoque dado politicamente às responsabilidades internacionais assumidas com as FIR (*Flight Information Region*) e as áreas de SAR (INCM, 2010a, p.23151), porquanto a área de responsabilidade SAR atribuída a Portugal, é a segunda maior do mundo (ESQ751, 2012).



Relativamente às missões cumpridas pela Esq.^a 751, Diniz (2012) considera que: SAR, Evacuação sanitária e TAG são cumpridas sem limitações; missões SIFICAP não estão a ser devidamente exploradas, face à partilha de operadores com a Esq.^a 502, à falta de equipamento NVG (*Night Vision Goggles*) e de regulamentação sobre missões com introdução de equipas de inspeção nas embarcações; missões CSAR – já existe alguma capacidade embora com severas lacunas de equipamento e qualificação.

Face ao exposto, as capacidades do EH-101 são praticamente absorvidas pelas necessidades nacionais no âmbito da Segurança Humana⁹, pelo que não existem condições para a existência de um “nicho de especialização”. Contudo, refira-se o elevado *Know-how* existente, fruto da experiência acumulada na operação ao longo de mais de trinta anos na segunda maior área SAR do mundo, bem como a pronta disponibilidade em colaborar com entidades estrangeiras, sempre que solicitado, no auxílio ao resgate de náufragos nas suas SRR (*Search Rescue Region*) (ESQ751, 2012).

(4) Lockheed Martin F-16AM

Segundo FAP (2012d), o F-16MLU é operado pelas Esquadras 201 e 301, ambas com a missão primária de executar operações de Defesa Aérea e de Ataque Convencional:

- Operações de Luta Aérea Defensiva;
- Operações de Luta Aérea Ofensiva, exceto SEAD;
- Operações ASFAO (*Anti-Surface Force Air Operations*) [AI, CAS, ASuW (*Anti-Surface Warfare*)] exceto ASW (*Anti-Submarine Warfare*).

As capacidades operacionais obtidas com a configuração MLU são significativas permitindo:

- Interoperabilidade com parceiros NATO;
- Detecção de alvos aéreos e terrestres a longa distância;
- Operação em quaisquer condições meteorológicas de dia ou de noite;
- Identificação eletrónica de outras aeronaves;
- Integração em redes de gestão do campo de batalha;
- Emprego de mísseis antiaéreos de médio alcance;
- Emprego de armamento de precisão com guiamento Laser e/ou GPS (FAP, 2012d).

⁹ Segundo Diniz (2012), “em doze [aeronaves], costumamos ter seis/sete prontas por dia, das quais cinco estão atribuídas ao dispositivo SAR”.



Para além de, numa perspetiva de obrigação constitucional, assegurar a defesa aérea do EEIN, e a que Pinheiro (2012, p.7) atribui máxima prioridade, segundo CA (2011, p.6), Portugal possui uma aeronave de caça ao mais alto nível, de capacidades reconhecidas a nível internacional¹⁰ e que permite uma operação efetiva em todos os atuais TO¹¹. De salientar que Portugal, como membro da EPAF, pertence à estrutura da *Expeditionary Air Wing* (EEAW) que, segundo Pinheiro (2012, p.9), tem um conceito que permite uma força de combate acessível e relevante que é completamente interoperável, que partilha plataformas, táticas e “*mind-set*” idênticos, pelo que se considera um bom exemplo desenvolvimento de sinergias entre nações. Contudo, CA (2011, p.6) considera que o F-16MLU é de operação dispendiosa, sendo considerado um “flagrante desperdício de recursos” não manter a sua prontidão pelo menos em mínimos aceitáveis.

Face ao exposto, ainda que esteja em aberto o garante dos recursos necessários à manutenção das capacidades deste SA, o mesmo reúne condições para, garantida a defesa aérea do EEIN, ser oferecido no âmbito, quer da Defesa Coletiva, quer da Segurança Cooperativa, tanto mais que partilha de uma estrutura cuja filosofia é defendida no âmbito da “*smart defence*”, até para garantir a rentabilidade de um meio que, conforme atrás analisado, não está a ser devidamente explorado.

(5) Lockheed P-3 Orion

Considerado por Pinheiro (2012, p.7) como uma das mais bem equipadas MPRA, Costa (2012a) acrescenta que, em comparação com os congéneres europeus, o P-3C nacional é mais avançado tecnologicamente e dispõe de capacidades que os outros não têm, permitindo dar resposta a um grande espectro de missões que se discriminam:

- C2;
- ISR;
- ISTAR (*Intelligence, Surveillance, Target Acquisition and Reconnaissance*);
- ASuW;
- ASW;

¹⁰ Refira-se igualmente que, segundo fonte da Esq.^a 301, o F-16MLU está atribuído à NATO nas vertentes de *Air Defence All Weather* (ADX) e *Fighter-Bomber Precision All Weather* (FBX), a que acresce uma avaliação de “*Excellent mark*” em operações, atribuída em FORCEVAL (*Force Evaluation*) NATO realizado em Mar2011.

¹¹ Porém, e tendo por base a participação da NATO no conflito líbio, existe grande dependência do reabastecimento aéreo, aliás uma das capacidades em que a NATO está deficitária, face a missões de duração média de oito horas, com cinco reabastecimentos aéreos em média (Cenciotti, 2012, p.40) e (Tirpack, 2011, p.36).



- ESM (*Electronic Support Measures*);
- SAR;
- Apoio direto a forças de reação rápida combinadas ou conjuntas;
- Apoio direto a operações anfíbias;
- Apoio a forças especiais;
- Apoio ao combate;
- Ataque de precisão contra alvos de superfície;
- Guerra de minas;
- Relé de comunicações;
- Ações de VIMAR no âmbito da atividade de pesca, poluição marítima, atividades ilícitas e tráfego marítimo.

Refiram-se as características inatas desta aeronave – enorme autonomia, raio de ação, velocidade, disponibilidade para transportar sensores e armamento, capacidade de operar de noite e de dia e em quaisquer condições meteorológicas – resultando num SA extremamente versátil e flexível, que conferem ao P-3C a flexibilidade suficiente para o seu emprego em todo o espectro do conflito, podendo inclusive operar em cenários e missões de âmbito terrestre, conforme Costa (2012b, p.7e16).

Contudo, face ao atual quadro de restrição orçamental, a que acresce a prioridade atribuída às missões desempenhadas por este SA, faz com que o CA (2011, p.22) considere que as capacidades da aeronave estejam a ser extremamente subaproveitadas. Saliente-se que formalmente a missão da Esq.^a 601 ainda não reflete as novas capacidades do P-3C, e atualmente estão apenas a serem asseguradas as “missões tradicionais” (Costa, 2012a).

Perante esta conjectura, torna-se pertinente efetuar uma análise que permita aferir da pertinência da efetiva exploração das mais-valias das capacidades desta aeronave, independentemente dos constrangimentos acima expostos.

A nível de conflitualidade atual, verifica-se que esta aeronave possui capacidades que se enquadram nas necessárias para lhe fazer face, previamente identificadas neste trabalho. Assim, e conforme mencionado por Costa (2012b, p.17), o P-3 pode intervir:

- Em tempo de tensão ou de crise, em missões de cooperação internacional e de paz, através de operações ISR, apoiando embargos, a evacuação de não-combatentes ou o combate ao terrorismo internacional.
- Num cenário de guerra, desenvolvendo ações de guerra convencional em ambiente marítimo e em ambiente terrestre, incluindo o apoio a operações



de forças especiais e de forças de reação e a aquisição, georreferenciação e ataque de precisão contra alvos de superfície, através da aplicação do seu armamento.

“O P-3C é uma plataforma multimissão que poderá ser utilizada em múltiplos cenários de baixa ameaça aérea. Teatros como o Afeganistão, Iraque e a Líbia são ideais para se usar esta plataforma” (Costa, 2012a). Lembra-se que uma das capacidades “críticas” da NATO, e também identificada na OUP, é a capacidade ISR, assim como, conforme Anexo E, a participação do congénere canadiano CP-140 a desempenhar na Líbia missões SCAR-C, assumindo uma “*battle manager function*”.

No contexto nacional é pertinente trazer a este trabalho a importância que a Diretiva n.º 005/CEMGFA/2011 (Pinto, 2011, pp.14-16) atribui ao P-3C, privilegiando o seu destacamento em missões e operações NATO/UE/ONU, bem como a prioridade que confere ao desenvolvimento de capacidades C4ISTAR, C2 e JISR. De referir também que, conforme Costa (2012b, p.18), o P-3C possui capacidades militares transversais a todos os ramos das FFAA e aptidões para apoiar as Forças e Serviços de Segurança e outros órgãos do Estado nas suas missões específicas.

Um aspeto importante a trazer aqui no contexto nacional, está relacionado com o mar, a quem o poder político atribui grande importância (PCM, 2011, p.110) e que vem refletido igualmente na Diretiva n.º 005/CEMGFA/2011 (Pinto, 2011, p.18). Em complemento, Costa (2012b, p.17), reafirma a importância deste SA no âmbito do projeto nacional de extensão da Plataforma Continental (PC), como um instrumento essencial na vigilância das atividades económicas ligadas ao mar. Todavia, ainda que o P-3C consiga uma efetiva cobertura da nossa ZEE, Costa (2012a) alerta para a falta de doutrina conjunta de emprego com a Marinha, no sentido de existir um plano conjunto de Vigilância Marítima que congregue meios navais e aeronavais, garantindo um efetivo controlo do mar.

Face ao exposto, as capacidades que o P-3C possui, permitem vê-lo como um “nicho de especialização” de elevado potencial, ainda que haja muito caminho a percorrer. As capacidades existem, mas neste momento apenas aquelas que foram “herdadas” do P-3P estão em completa exploração. Falta estabelecer doutrina e procedimentos conjuntos para as capacidades atuais ainda não exploradas e qualificar tripulações, garantido o seu efetivo emprego. Alcançando este desiderato, o P-3 passa a reunir condições para dar resposta à primeira prioridade definida pelo CEMGFA, de manter a capacidade nacional de executar operações conjuntas de forma autónoma no EEIN (Pinto, 2011, p.8)



(6) Sudaviation – SE-3160 Alouette III

“O ALIII surgiu como um helicóptero de fins gerais. Entre outras, pode ser usado em ações de assalto, salvamento, evacuação sanitária, patrulhamento, transporte, apoio no ataque a incêndios e instrução de voo” (FAP, 2012e).

“Temos de o substituir. Com muita tristeza, mas já é tempo” (Araújo, 2008, p.3).

A obsolescência caracteriza o ALIII que se encontra ao serviço da FAP desde 1963. A missão primária da Esq.^a 552 é o TAT, e para 2012 o RE previsto está maioritariamente dedicado à instrução e qualificação.

Neste sentido, considera-se que as capacidades do ALIII, em especial pela sua obsolescência, não reúnem condições para que sejam consideradas como eventual “nicho de especialização”, ainda que as missões de transporte aéreo tenham elevada importância no contexto da conflitualidade atual.

(7) TACP

“O TACP é uma unidade operacional de “linha da frente”, que faz o interface entre o meio aéreo e as forças terrestres. Uma das suas grandes missões é minimizar os danos colaterais, facto cada vez mais importante nos modernos TO” (Araújo, 2008, p.6).

Em complemento à citação transcrita, que foca a importância do TACP na conflitualidade atual em apoio essencialmente das missões CAS, apenas a menção ao facto de, por limitações do mandato da ONU relativamente à Líbia, não ter sido autorizado à Aliança a presença de forças terrestres no TO, contribuindo, conforme mencionado neste trabalho, para que a utilização do PA não tivesse o resultado imediato esperado.

A análise efetuada à participação do TACP na ISAF permite concluir que estas possuem atualmente um bom nível de equipamento, no TO afegão participaram em apoio de forças estrangeiras e inclusive tinham o estatuto de “entidade certificadora NATO”, sendo apenas de referir a necessidade de ajustamentos ao nível doutrinário e da forma como estas equipas se integram na estrutura hierárquica da FAP.

Face ao exposto é possível aferir da possibilidade do TACP poder ser considerado um “nicho de especialização”.

d. Síntese conclusiva e resposta à pergunta de partida

A desorçamentação a que se assiste na defesa, conforme o caso nacional que aqui se procurou caracterizar e números trazidos a público sobre a realidade aliada, começa a gerar preocupação dentro da NATO, na medida em que se começa a perspetivar uma sobrecarga sobre alguns Aliados (maioritariamente os EUA), com reflexos na sua coesão



interna e no papel que a NATO pretende ter na segurança internacional. Face a esta realidade, e através da figura do seu Secretário-Geral, surge o conceito de *smart defence*, com o qual a NATO pretende garantir todo o espectro de capacidades de que necessita, sem que isso acarrete um acréscimo de custos para os Aliados, através da priorização, da especialização e da cooperação multinacional. Definidas as capacidades críticas pela NATO, esta oferece-se como elemento coordenador, procurando garantir que não haja sobreposições, ao mesmo tempo que todas as capacidades são asseguradas. Contudo algumas questões se levantam, em especial quando a soberania possa ficar em causa. Cabe ao poder político a última palavra na definição dos objetivos que pretende na busca do Interesse nacional.

No âmbito da proposta da NATO, procurou-se analisar os SA ao serviço da FAP, numa perspetiva de identificação de eventuais nichos de especialização em que, cumprindo os compromissos assumidos por Portugal, seja possível igualmente contribuir para as capacidades que a NATO considera mais pertinentes.

Neste sentido procura-se aqui sintetizar a análise efetuada aos meios com capacidades operacionais:

- C-130: Ainda que comece a apresentar limitações a nível operacional, ainda é considerado um meio com potencial e um daqueles que a FAP possui que lhe dá maior visibilidade, através da participação em missões internacionais e de manutenção de paz, cujas capacidades são de elevada relevância na conflitualidade contemporânea. Consequentemente, é um meio a explorar dentro das limitações que possui;
- C-295: Meio moderno, cujas capacidades (TAT ou VIMAR) afiguram-se de elevada relevância quer na conflitualidade atual, quer na prossecução dos interesses nacionais, bem como de segurança cooperativa. Apesar de limitações contratuais relacionadas com o RE alocado, reúne condições para as suas capacidades VIMAR serem consideradas um nicho de especialização, permitindo, inclusive, trazer retorno financeiro à FAP (Ex: FRONTEX);
- EH-101: Meio de elevadas capacidades, em especial para SAR, cuja capacidade está “100%”, mas que praticamente empenha todas as aeronaves disponíveis diariamente no dispositivo de alerta SAR. Para missões “táticas” já será necessário um investimento elevado quer em equipamento, quer em qualificações. Neste sentido, e agravado pelo contexto atual de



restrição financeira, este SA não reúne condições para ser disponibilizado no âmbito da “*smart defence*”.

- F-16: Aeronave a quem está atribuída a missão primária da FAP: a Defesa Aérea do território nacional e a quem a sua hierarquia atribui máxima prioridade. As capacidades deste SA estão referenciadas como ao mais alto nível, graças à participação no programa MLU, permitindo uma participação efetiva nos TO contemporâneos (inclui uma recente avaliação “*Excelent mark*” em FORCEVAL NATO). A participação nacional na EPAF já por si pode ser considerada uma prática ao abrigo do “*smart defence*”, estando prevista a participação nacional em Ago2012 na defesa do espaço aéreo da Islândia, ao abrigo da NATO.
- P-3C: Aeronave “multimissão”, de elevada flexibilidade, cujo equipamento se encontra igualmente ao mais alto nível, a que se aliam as características da plataforma, permitindo participar num elevado espectro de missões de aplicação pertinente nos TO atuais. Contudo, não gozando das prioridades estabelecidas pela hierarquia FAP, encontra-se subaproveitado, limitando-se a cumprir atualmente as missões de patrulhamento marítimo herdadas do seu antecessor. Tendo em conta a análise atrás efetuada, com a adequada redefinição de prioridades, e consequentemente de recursos, que possibilitasse uma efetiva exploração das suas capacidades, a FAP passaria a ter um SA que permite: cumprir missões em contexto nacional e internacional, nas dimensões de Defesa, Segurança Cooperativa e Segurança Humana e em contexto de paz, crise ou guerra; contribuir para uma capacidade crítica para a NATO na vertente JISR (conforme verificado na análise da OUP); dentro da intenção do atual Governo, que atribui ao mar uma elevada importância estratégica, ser uma das dimensões de uma estratégia transversal a diversas áreas, da exploração dos recursos existentes na nossa ZEE e da extensão futura da PC.
- ALIII: Ainda que apresente potencial dentro das missões atribuídas, encontra-se obsoleto, pelo que não reúne capacidades para ser um nicho de especialização;
- TACP: Bom nível de equipamento, entidade certificadora na ISAF, um papel relevante nos TO contemporâneos, em que as únicas fragilidades



identificadas são ajustamentos ao nível doutrinário e de enquadramento na estrutura FAP. Reúne condições para ser considerado nicho de especialização.

Face ao exposto, verifica-se que possuem eventuais condições de serem consideradas nichos de especialização as capacidades do P-3C e do TACP, sendo que as capacidades dos SA C-130 e C-295 poderão ser oferecidas com limitações. As capacidades do F-16MLU, não sendo propriamente consideradas um nicho de especialização, estão perfeitamente aptas para participarem em missões no âmbito das OI. Porém, salienta-se o elevado potencial que apresenta o P-3P, independentemente de todo o percurso a trilhar até à total exploração das suas capacidades, pelas razões expostas na análise efetuada.

Como resposta à PD3, uma eventual especialização terá que ter em conta diversos fatores. Neste trabalho olhou-se para a tendência da conflitualidade atual, para o facto de a FAP não explorar efetivamente os SA ao seu dispor, inclusive por questões orçamentais, e que face aos problemas que os Estados começam a enfrentar na área da Defesa, começam a ganhar força conceitos como o *smart defence*. E de acordo com este conceito a NATO entende que devem ser priorizadas as necessidades e haver uma coordenação entre Aliados no sentido de não haver sobreposições e a NATO garantir que todas as capacidades de que necessita se encontram cobertas. Possuindo Portugal um SA de elevadas capacidades: onde em comparação com congéneres é considerado tecnologicamente superior; essas capacidades ou já foram postas à prova, ou SA similares as puseram à prova em TO atuais; estas irem de encontro ao que está previsto na legislação em vigor; Face á posição geoestratégica nacional, permite contribuir para um dos interesses estratégicos demonstrados pelo poder político - o mar -, o P-3C sobressai como nicho de especialização de elevado potencial, servindo Portugal e a NATO, pelo que é possível validar a Hipótese n.º 3, sendo que a especialização deverá incidir primordialmente sobre as capacidades que o SA P-3P possui.

Tendo em conta as respostas dadas às perguntas derivadas, bem como o processo de validação das hipóteses formuladas, surge o momento de responder à pergunta de partida. A conflitualidade contemporânea caracteriza-se essencialmente por ser irregular, verificando-se que se encaixa nos conceitos estudados de 4GW e inclusive de 5GW. O PA, dentro das capacidades que tem ao seu dispor permite fazer face ao espectro de conflitos existente, em especial com missões de Transporte, ISR, C2 e ataque de precisão a alvos no solo. Contudo, num cenário de crise global, assiste-se a um esforço de contenção



orçamental a que a Defesa não escapa. O caso nacional não é exceção e, apesar de a FAP ter ao seu dispor SA que lhe permitem cumprir a missão atribuída por lei, as capacidades desses SA não estão a ser devidamente exploradas no seu potencial. Perante este cenário transversal aos aliados e, estando em causa o papel que possui na segurança internacional, a NATO avança com o conceito de *smart defence*, no sentido de garantir todas as capacidades que necessita. E uma das formas de alcançar este desígnio passa pela especialização em determinadas capacidades, funcionando a NATO como um coordenador. Perante um cenário de impossibilidade de cumprimento de todas as missões a seu cargo, a FAP terá que olhar para as capacidades ao seu dispor e, priorizando-as, verificar quais as que reúnem condições para uma eventual especialização, sempre de acordo com as orientações vindas do poder político, mas sem esquecer a sua missão fundamental. E face ao estudo dos documentos oficiais que atualmente enquadram essas intenções, bem como a caracterização da conflitualidade atual, é proposta deste trabalho que as melhores capacidades que a FAP possui para serem consideradas como nicho de especialização são aquelas que o P-3C possui, ainda que haja um longo caminho a percorrer para uma efetiva exploração dessas capacidades, mercê do estabelecimento de prioridades feito pela hierarquia da FAP.



Conclusões

“O advento do PA foi uma das grandes revoluções na conduta da guerra. Ele percorreu, em cem anos, aquilo que os outros dois poderes militares percorreram nalguns milhares de anos, situando-se hoje em plena paridade com eles” (Santos, 2011, p.163). Sem dúvida, o PA tem um papel preponderante na conflitualidade contemporânea. Mas mais importante que o “hoje”, será o que o futuro lhe reserva.

Sendo o tema sobre tendências do PA na conflitualidade contemporânea, uma das primeiras delimitações efetuadas foi restringi-lo à realidade da FAP. Dentro desta limitação, e tendo por referência o método de investigação em Ciências Sociais proposto por Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt (2008), foi definida a seguinte Pergunta de Partida: “Como poderá a FAP preparar-se para os desafios de emprego do PA tendo em conta a conflitualidade contemporânea?”

Desta pergunta de partida resultaram as seguintes Perguntas Derivadas:

- Quais são as tendências de conflitualidade e que desafios colocam ao emprego do PA?
- De que forma tem a FAP empregue as suas Capacidades Operacionais?
- Em que medida deverá a FAP especializar-se em determinadas capacidades em detrimentos de outras, tendo em conta as tendências de utilização do PA e os desafios associados?

A definição da pergunta de partida e das perguntas derivadas, constam da primeira fase – Rutura – que o método de investigação de Quivy e Campenhoudt preconiza, sendo constituída por mais duas: a Construção e a Verificação.

Na fase de Construção, para além da definição do corpo de conceitos, e do modelo de análise, foram formuladas as seguintes Hipóteses:

- H1: A atualidade caracteriza-se pela existência de conflitos de 4^a e 5^a Geração;
- H2: A FAP não tem explorado as suas capacidades operacionais em todo o seu potencial.
- H3: Tendo em conta as perspetivas da conflitualidade contemporânea e os desafios associados, a FAP deverá garantir especialização em determinadas atividades essenciais do PA.



Na fase final – Verificação – seleciona-se e analisa-se a informação considerada pertinente, testam-se as hipóteses, responde-se à pergunta de partida, apresentam-se os novos contributos para o conhecimento e sugerem-se recomendações.

“Conscientes [da atual] realidade, temos vindo a adequar a FAP para enfrentar os desafios do presente e prepará-la para as capacidades necessárias aos cenários previsíveis, que antecipo virem a ser dominados por conflitos assimétricos, em TO longínquos, e com envolvimento crescente em ações de segurança, nomeadamente no combate ao terrorismo transnacional, ao narcotráfico, à pirataria e outras ameaças emergentes” (Araújo, 2011, p.17). O primeiro capítulo foi dedicado à análise da conflitualidade contemporânea, procurando conhecer quais os desafios colocados ao emprego do PA, e quais as capacidades necessárias para lhes fazer face, ao mesmo tempo que se procurou estudar esse mesmo emprego na OUP, Líbia.

Tendo como marco a conflitualidade após 11Set2001, partiu-se da análise ao conceito de 4GW, verificando-se que o Estado perdeu o monopólio da guerra, surgindo novos atores que em Estados Frágeis trazem o TO para dentro dos centros urbanos, tirando grande partido da gestão dos danos colaterais, e que não olham a meios para alcançar os seus fins, mesmo lutando contra um inimigo tecnologicamente superior. Tendencialmente, e apesar de na conflitualidade atual coexistirem modos “novos e velhos” de se fazer a guerra, verifica-se a aplicação do conceito 5GW, cuja dimensão do grupo diminui em proporção inversa à capacidade destrutiva das suas ações, que tem por base uma elevada carga ideológica. Todas estas situações propendem a gerar situações humanitárias de grande impacto, que poderão inclusive estar na origem de fenómenos como fluxos migratórios ou pirataria, com consequências para a segurança humana e cooperativa, que leva as OI a intervir, através de operações no âmbito da gestão de crises.

A complexidade associada à conflitualidade contemporânea inviabiliza a sua resolução unicamente baseada no vetor militar, sendo necessária a intervenção e a coordenação entre todos os instrumentos de poder, onde abordagens como a proposta pelo conceito EBAO ganham proponderância, cuja ação se baseia essencialmente nos efeitos a alcançar.

Em relação ao PA, cujos efeitos das operações aéreas também conseguem ter influência no comportamento do adversário, este enfrenta alguns desafios ao seu emprego, em que se destacam a minimização dos danos colaterais, o papel crítico da informação e sua gestão, a distância, e por vezes a simultaneidade, dos TO modernos. Porém, verifica-se que o PA possui capacidades para lhes fazer face, seja numa perspetiva de prevenção de



conflitos, seja como instrumento de combate, donde se destacam as de ISR, ataques de precisão a alvos no solo, transporte aéreo e C2.

Dentro deste espectro de conflitualidade, analisou-se o emprego do PA na OUP, Líbia. Aqui verificou-se da importância do emprego das capacidades acima referidas, ao mesmo tempo que vieram ao de cima restrições ao seu efetivo emprego. Em primeiro lugar surgem as limitações impostas ao nível político/estratégico que se repercutem ao nível operacional. Basta olhar para as restrições impostas pelo mandato da ONU, como a não existência de tropas Aliadas no terreno, ou a minimização de efeitos colaterais, ou inclusive os “*caveats*” dos Aliados participantes na Operação. Relacionado com a diminuição de recursos alocados ao PA pelos Aliados, é feita referência às capacidades “críticas” (com destaque para ISR, SEAD, EW e AAR), em que a NATO praticamente esteve dependente dos EUA, que se notou igualmente quando houve problemas de *stock* com as munições de precisão utilizadas.

Em relação à primeira pergunta derivada, verifica-se um contexto de conflitualidade atual que se enquadra no conceito de 4GW ou até de 5GW, para onde tende, em que o PA possui capacidades para lhe fazer face, ainda que perante diversos desafios ao seu emprego, como limitações relacionadas com danos laterais, recolha e gestão de informação e projeção de forças para TO por norma longínquos. Acrescem igualmente limitações de cariz político/estratégico ou limitações de índole financeira, com uma atribuição de recursos muito aquém das necessidades operacionais à área da Defesa. Face ao exposto permitiu-se validar a primeira hipótese.

“O PA, em nações da nossa dimensão, exige, uma força coerentemente estruturada, com potencial combinatório e expedicionário, com capacidade para integrar modularmente outras forças, no âmbito da NATO ou da UE. Adicionalmente, a estrutura da força deverá ter capacidade para a execução de operações autónomas, no apoio às autoridades políticas, nomeadamente no Policiamento Aéreo dos espaços de responsabilidade nacional e no Patrulhamento e Fiscalização dos espaços interterritoriais, sem descurar as capacidades conducentes à garantia do bem-estar, segurança e salvaguarda da vida das populações” (Araújo, 2011, p.17). No segundo capítulo procedeu-se à análise da participação de meios e capacidades da FAP em diversos tipos de missões, escolhendo-se alguns exemplos ilustrativos, procurando aferir da sua efetiva exploração, olhando para as dimensões de Defesa, Segurança Cooperativa, Segurança Humana e OMIP:



- Defesa: Aqui sobressai o emprego do F-16 na Defesa do Espaço Aéreo Nacional, que possui igualmente condições para participar no âmbito da Defesa Coletiva, na Defesa do Espaço Aéreo NATO.
- Segurança Cooperativa: Neste âmbito recai uma grande parte da participação internacional dos meios nacionais, com o combate a ameaças como a pirataria ou a emigração ilegal, mas também em missões de paz, cuja participação incidu sobre as missões de Transporte Aéreo ou a participação TACP na ISAF. Contudo Portugal possui ao seu dispor meios que poderiam ser igualmente utilizados neste âmbito, como o caso do emprego do F-16MLU em ataques de precisão a alvos no solo, ou a utilização do P-3C como plataforma de ISR e também de C2 (assumindo uma “*battle manager function*” no TO), com utilização muito pertinente destes meios em cenários recentes como a Líbia ou o Afeganistão.
- Segurança Humana: Dimensão em que Portugal tem grande participação, através do empenho em missões humanitárias.
- OMIP: não sendo propriamente consideradas missões de cariz militar, têm elevada relevância no contexto nacional, através da vigilância da componente marítima do nosso EEIN.

Em relação à segunda pergunta derivada, verificou-se que a FAP possui meios que lhe permitem o cumprimento da missão atribuída, em contexto nacional ou internacional, e nas dimensões de Defesa, Segurança Humana e Segurança Cooperativa, bem como de OMIP. Contudo, o seu emprego efetivo está condicionado à agenda do poder político e das suas intenções, independentemente da importância que este dá à participação nacional das FFAA neste espectro de missões, como meio que vai de encontro inclusive à concretização dos objetivos de política externa, contribuindo para o prestígio e afirmação nacionais, não sendo possível a exploração das capacidades existentes em todo o seu potencial. Face ao exposto permitiu-se validar a segunda hipótese.

“Hoje vejo a FAP como uma força pequena, capaz e competente, que proporciona a Portugal diversas opções para contribuir para a segurança global, no âmbito da NATO e da UE. Baseando-se nas capacidades dos nossos meios, na competência e motivação das nossas pessoas, somos capazes de assumir um papel fundamental na Defesa Nacional, o apoio militar para outras instituições nacionais e estarmos prontos para intervir quando necessário” (Pinheiro, 2012, p.10). O terceiro capítulo inicia-se com uma análise ao



contexto orçamental a que a FAP está sujeita e que limita grandemente o emprego dos meios ao seu dispor e que serve como exemplo ilustrativo do cenário de desorçamentação a que se assiste na defesa, que está a gerar preocupação dentro da NATO, na medida em que se começa a perspetivar uma sobrecarga sobre alguns Aliados (maioritariamente os EUA), com reflexos na sua coesão interna e no papel que a NATO pretende ter na segurança internacional. Face a esta realidade é lançado o conceito de *smart defence*, com o qual a NATO pretende garantir todo o espectro de capacidades de que necessita, sem que isso acarrete um acréscimo de custos para os Aliados, através da priorização, da especialização e da cooperação multinacional. Definidas as capacidades críticas pela NATO, esta oferece-se como elemento coordenador garantido não haver sobreposições, ao mesmo tempo que todas as capacidades são asseguradas. Contudo algumas questões se levantam, em especial quando a soberania possa ficar em causa, cabendo ao poder político a última palavra na definição dos objetivos estratégicos pretendidos.

Dentro deste espírito procurou-se analisar os SA, e capacidades associadas, que a FAP tem ao seu dispor, no sentido de identificar eventuais nichos de especialização que, servindo os interesses nacionais, possam igualmente ser postos ao dispor da NATO. Face ao estudo realizado ao longo deste trabalho, conclui-se que:

- Os SA EH-101 (tendo em conta o elevado investimento em equipamento e em qualificação de tripulações) e ALIII (tendo em conta a sua obsolescência) não reúnem condições para serem considerados nichos de especialização;
- Os SA C-130 (tendo em conta algumas limitações operacionais que apresenta face à obsolescência que começa a demonstrar) e o C-295 (por força de limitações que o contrato de manutenção associado possa vir a impor, em especial quanto ao RE a atribuir, não obstante a potencialidade das capacidades VIMAR no geral e ISR em particular), possuem limitações que condicionam a sua oferta à NATO;
- A participação portuguesa na EPAF, onde esteve envolvida no processo MLU de modernização da frota nacional de F-16, permitiu a aquisição de um conjunto de capacidades que, à luz do conceito “*smart defence*” permite ser considerado um exemplo de boas práticas.
- O SA P-3C, assim como as equipas TACP são aqueles que, na ótica do trabalho desenvolvido e à luz do conceito de “*smart defence*”, reúnem as



melhores condições para serem considerados “nichos de especialização”, podendo eventualmente serem postos à disposição da NATO.

Contudo, sendo necessário escolher, conclui-se que as capacidades que o P-3C dispõe são aquelas que têm maior potencial como nicho de especialização, não obstante um longo caminho a percorrer, tanto mais que as capacidades que ditaram esta escolha atualmente não estão a ser utilizadas, assim como as tripulações ainda não se encontram qualificadas para a sua operação. Esta opção obrigaria a rever o RE atribuído e a consequente atribuição de prioridades que esteve na sua origem, bem como a definição conjunta de doutrina com as componentes terrestre, naval e de operações especiais para uma efetiva exploração das suas capacidades.

Procurando responder à terceira pergunta derivada, foi necessário ter em conta o que o conceito de “*smart defence*” prevê, numa tentativa de apoiar os Aliados a enfrentar a dificuldade em disponibilizar recursos para a área da Defesa, através da priorização e coordenação entre estes, por fim a garantir que as capacidades necessárias à Aliança estão asseguradas. Neste sentido, as capacidades que o SA P-3C possui sobressaem como nicho de especialização de elevado potencial, quer por serem uma das que a NATO considera crítica, quer pela sua aplicação na conflitualidade atual, quer ao facto de ir ao encontro dos interesses estratégicos nacionais relacionados com o mar devidamente demonstrados pelo poder político. Face ao exposto permitiu-se validar a terceira hipótese, sendo que uma eventual especialização deverá incidir sobre primordialmente sobre as capacidades do SA P-3C.

Tendo em conta as respostas dadas às perguntas derivadas, bem como a validação das hipóteses formuladas, a melhor maneira de a FAP se preparar para os desafios de emprego do PA, maioritariamente de índole orçamental, passará por uma eventual especialização que, tendo em conta as tendências da conflitualidade contemporânea e as diretivas do poder político, se propõe que seja associada às capacidades do P-3C, independentemente de um longo caminho a percorrer, que se inicia com a revisão das prioridades estabelecidas pela hierarquia da FAP.

Em Set2008, o CEMFA à data, General Araújo, afirmou que “em termos de meios aéreos estamos muito bem” (2008, p.3). Desde então verificaram-se outros melhoramentos (entrada ao serviço do C-295, do P-3C e de mais aeronaves F-16MLU). Contudo, e considerando-se ser este um dos grandes contributos para o conhecimento, estes meios não estão a ser explorados na sua plenitude e o atual cenário de crise e consequente contenção orçamental, perspetiva um agravamento da situação. Sendo esta uma realidade transversal



aos Aliados, e dentro do preconizado pelo “*smart defence*” procurou-se analisar os SA ao serviço da FAP, contribuindo para conhecer quais as capacidades em que eventualmente a FAP poder-se-ia especializar, explorando-as efetivamente, ao mesmo tempo que pode contribuir para as capacidades deficitárias da NATO. Face ao trabalho desenvolvido, e conforme exposto anteriormente, a escolha recaiu sobre as capacidades do P-3C, pelo que, em conformidade apresentam-se as seguintes recomendações:

– CA:

- Em coordenação com a Esq.^a 601, desenvolvimento de doutrina, manuais, procedimentos e treino em relação às novas capacidades do P-3C;
- Face às novas capacidades do P-3C, e em coordenação com a Esq.^a 601, início do levantamento de questões a ter em conta no estabelecimento de doutrina, manuais, procedimentos, treino e operação conjuntos com as componentes terrestre, naval e de operações especiais que permita, a nível de Estado-Maior, o início dos trabalhos tendentes á concretização do acima referido;
- Face às novas capacidades do P-3C, e em coordenação com a Esq.^a 601, início do levantamento de questões a ter em conta na operação em apoio às Forças e Serviços de Segurança.

– EMFA:

- Em coordenação como o CA, refletir nas missões atribuídas à Esq. 601 todas as capacidades que o SA P-3C possui atualmente, coordenando a necessária alteração de publicações e manuais;
- Elaborar e apresentar estudo que demonstre a aplicação prática das novas capacidades que o P-3C possui quer no espectro de conflitualidade atual, quer do papel da FAP na defesa dos interesses geoestratégicos nacionais (em especial no âmbito do mar), bem como em relação à Segurança Coletiva, através da participação portuguesa nas OI, ou ainda no apoio às Forças e Serviços de Segurança;
- Em coordenação com o CA, reanalisar o REV2012, permitindo uma maior alocação de HV à Esq.^a 601, tendente a iniciar o processo de qualificação das Tripulações nas novas capacidades do P-3CP;



- Em coordenação com o CA e o Comando da Instrução e Formação (CIFFA), verificar eventuais necessidades de formação específica no âmbito das novas capacidades, bem como custos associados, permitindo submeter tema à consideração superior;
 - Em coordenação com o CA, liderar a participação da FAP nos trabalhos relativos ao estabelecimento de doutrina, procedimentos, treino e operação conjuntos com as componentes terrestre, naval e de operações especiais que envolva as novas capacidades do P-3C.
- EMGFA:
- Estabelecimento de doutrina e planos para a operação conjunta com as componentes terrestre, naval e de operações especiais que envolva as novas capacidades do P-3C;
 - Em coordenação com o EMFA e o Estado-Maior da Armada (EMA), estabelecimento de doutrina e planos para a edificação de uma capacidade conjunta de vigilância e patrulhamento marítimo, tendente a uma cobertura efetiva da ZEE e da futura extensão da PC.
- MDN:
- Efetuar os diversos e necessários contatos interministeriais, no sentido de coordenar a futura utilização do P-3C em apoio às forças e serviços de segurança;
 - Alcançada a total qualificação das tripulações nos sistemas operados no P-3C, garantir junto da NATO que a contribuição nacional através deste SA contempla o seu total espectro de capacidades.
 - Em coordenação com os outros Ministérios, garantir que a definição de uma eventual estratégia nacional sobre o mar, contemple uma capacidade conjunta de vigilância e patrulhamento marítima.

Face à natureza académica deste trabalho, esta é uma proposta no sentido de rentabilizar um dos meios ao serviço da FAP, ainda que em detrimento de outros, num cenário em que se afigura necessário efetuar escolhas, possibilitando igualmente o apoio a diversas Entidades, numa perspetiva conjunta. Contudo, terminado este trabalho, julgou-se pertinente trazer aqui uma frase que, ainda que escrita há sete anos atrás, mantém toda a sua atualidade, ao refletir uma das problemáticas que afeta as FFAA no geral, e a FAP em particular: “a Força Aérea do futuro será aquela que o País quiser ter, pois é ao Poder



Político que compete definir os grandes objetivos, atribuir as missões e assegurar os meios e os recursos necessários ao seu cumprimento” (Araújo, 2005).



Bibliografia

Aguiar-Branco, J.P., 2012. *Discurso do Ministro da Defesa Nacional José Pedro Aguiar-Branco: Almoço-debate Revista Segurança e Defesa - 01Fev2012*. [Online] Available at: http://www.portugal.gov.pt/media/446848/20120201_mdn_almoco_reformas.pdf

[Accessed 08 Fevereiro 2012].

AIP, 2011a. *Seminário "O impacto da crise financeira na Defesa da UE. Novas iniciativas cooperativas – Pooling & Sharing: desafios e oportunidades para Portugal" - Nota de enquadramento*. [Online] AIP Available at: http://www.aip.pt/irj/go/km/docs/eurodefense/docs/pdf/Sem-CriseFinEur_23Nov11-NotaEnquad.pdf [Accessed 23 Janeiro 2012].

AIP, 2011b. *Seminário "O impacto da crise financeira na Defesa da UE. Novas iniciativas cooperativas – Pooling & Sharing: desafios e oportunidades para Portugal" - Conclusões*. [Online] AIP Available at: http://www.aip.pt/irj/go/km/docs/eurodefense/docs/pdf/Sem-CriseFinEur_23Nov11-Conclusoes.pdf [Accessed 23 Janeiro 2012].

Anrig, C.F., 2011. Allied Air Power over Libya: A preliminary assessment. *Air & Space Power Journal*, Winter. pp.89-109.

Araújo, L.E.E.d., 2005. *A Visão Prospectiva da Força Aérea Portuguesa*. [Online] AFRI/RIDW Available at: <http://www.airpower.au.af.mil/apjinternational/apj-p/2005/2tri05/araujo.html> [Accessed 20 Fevereiro 2012].

Araújo, L.E.E.d., 2008. FAP precisa de 108 pilotos - Entrevista ao CEMFA. *Take-Off*, Setembro. pp.2-7.

Araújo, L.E.E.d., 2011. Prefácio. In Santos, E.S.d. *Poder Aéreo: sua evolução e influência na Estratégia*. Parede: Tribuna da História. Ch. Prefácio. pp.15-18.

Azevedo, D. & Bernardino, P., 2011. Esquadra 502 "Elefantes" no FRONTEX. *Mais Alto*, Novembro/Dezembro. pp.18-24.

Bartels, H., 2011. *Lessons learned from the NATO mission in Libya*. [Online] European Security and Defence Available at: <http://www.europeansecurityanddefence.info/Grundlagen/mainframe.html> [Accessed 30 Dezembro 2011].

Braddon, D., 2009. *O que nos reserva o futuro? A defesa, os orçamentos e a crise financeira*. [Online] NATO Available at:



<http://www.nato.int/docu/review/2009/FinancialCrisis/Defence-Budget-Financial-Crisis/PT/index.htm> [Accessed 30 Janeiro 2012].

CA, 2011. *Cenários para o Regime de esforço em 2012*. Nota n.º 1596 de 28Set2011. Monsanto: Comando Aéreo.

Cenciotti, D., 2012. Air Power over Libya: the final analysis. *Combat Aircraft*, Março. pp.38-43.

Coelho, P.P., 2011. Discurso alusivo à Sessão Solene de Abertura do Ano Letivo 2011/2012. In *Sessão Solene de Abertura do Ano Letivo 2011/2012 do IESM a 23Nov2011.*, 2011.

Costa, P.O., 2012a. *P-3 e Esquadra 601*. Entrevista via e-mail a 27Mar12. Lisboa.

Costa, P.O., 2012b. *O Sistema de Armas P-3C CUP+ Orion*. Artigo a publicar em Jun2012 nas revistas "Mais Alto" e "Anais da Marinha". Lisboa.

Daalder, I.H. & Stavridis, J.G., 2012. *NATO's victory in Libya: the right way to run an intervention*. [Online] Council on Foreign Relations, Inc. Available at: <http://www.foreignaffairs.com/articles/137073/ivo-h-daalder-and-james-g-stavridis/natos-victory-in-libya> [Accessed 18 Março 2012].

Defense News, 2011. *NATO Chief: 'Smart Defense' Plan in Works*. [Online] Available at: <http://www.defensenews.com/article/20110906/DEFSECT04/109060305/NATO-Chief-Smart-Defense-Plan-in-Works> [Accessed 27 Janeiro 2012].

Diniz, J., 2012. *EH-101 e Esquadra 751*. Entrevista via e-mail a 09Abr12. Lisboa.

DN, 2011a. *CEMGFA: Estado tem meios que são indelegáveis - Portugal - Diário de Notícias*. [Online] Available at: http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=2143957 [Accessed 25 Janeiro 2012].

DN, 2011b. *Programas de partilha de equipamento respondem apenas a "parte das limitações", avisa CEMGFA - Diário de Notícias - Portugal*. [Online] Available at: http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=2144759 [Accessed 25 Janeiro 2012].

Durães, L.P. & Eugénio, A.B., 2010. A Força Aérea nas missões de paz. In *Portugal e as Operações de paz: uma visão multidimensional*. Fundação Mário Soares ed. Lisboa: Prefácio - Edição de livros e revistas, Lda. pp.193-232.

EMFA/DIVOPS, 2011. *Regime de esforço 2012/2013*. Informação n.º 2239 de 27Dez2011. Alfragide: Estado-Maior da Força Aérea / Divisão de Operações.



EMFA, 2011. *Press Kit: Força Aérea Portuguesa - Encerramento da participação na Missão Frontex 2011*. [Online] FAP - DCSI - Web Team Available at: <http://www.emfa.pt/publicwww/media-dir/presskitcerimoniaencerramentomissaofrontex.PDF> [Accessed 30 Novembro 2011].

ESQ301, 2007. *Esquadra 301 - A participação dos Jaguares na missão Baltics Air Policing 2007*. [Online] Available at: <http://www.esq301jaguares.net/jaguares/baltico/airpolicing.htm> [Accessed 01 Março 2012].

ESQ751, 2012. *Esquadra 751 - Pumas*. [Online] Available at: <http://www.emfa.pt/www/po/esq751/> [Accessed 30 Março 2012].

Europa, 2012. *EUROPA > Sínteses da legislação da UE > Glossário*. [Online] Available at: http://europa.eu/legislation_summaries/glossary/petersberg_tasks_pt.htm [Accessed 25 Março 2012].

FAP, 2002. *Força Aérea Portuguesa: 50 anos, 50 respostas*. Sintra: IAEFA.

FAP, 2009. *Força Aérea Portuguesa - Organização*. [Online] Available at: http://www.emfa.pt/www/organizacao.php?lang=pt&cod=* [Accessed 08 Fevereiro 2012].

FAP, 2011. *Relatório de Gestão 2010: Força Aérea Portuguesa*. [Online] FAP - DCSI - Web Team Available at: http://www.emfa.pt/www/conteudos/informacaofa/rel_gestao_2010.pdf [Accessed 28 Dezembro 2011].

FAP, 2012a. *Força Aérea Portuguesa - As Aeronaves - Lockheed C-130 H / H-30 Hercules*. [Online] Available at: <http://www.emfa.pt/www/aeronavesdetalhe.php?lang=pt&cod=c130> [Accessed 26 Fevereiro 2012].

FAP, 2012b. *Força Aérea Portuguesa - As Aeronaves - EADS C-295M*. [Online] Available at: <http://www.emfa.pt/www/aeronavesdetalhe.php?lang=pt&cod=c295> [Accessed 26 Fevereiro 2012].

FAP, 2012c. *Força Aérea Portuguesa - As Aeronaves - Agusta-Westland EH-101 Merlin*. [Online] Available at: <http://www.emfa.pt/www/aeronavesdetalhe.php?lang=pt&cod=eh101> [Accessed 26 Fevereiro 2012].

FAP, 2012d. *Força Aérea Portuguesa - As Aeronaves - Lockheed Martin F-16 AM*. [Online] Available at:



<http://www.emfa.pt/www/aeronavesdetalhe.php?lang=pt&cod=f16am> [Accessed 26 Fevereiro 2012].

FAP, 2012e. *Força Aérea Portuguesa - As Aeronaves - Sudaviation - SE 3160 Alouette III*. [Online] Available at: <http://www.emfa.pt/www/aeronavesdetalhe.php?lang=pt&cod=alii> [Accessed 26 Fevereiro 2012].

FAP, 2012f. *Força Aérea Portuguesa - Esquadras de voo*. [Online] Available at: <http://www.emfa.pt/www/esquadrasedetalhe.php?lang=pt&cod=e201> [Accessed 30 Março 2012].

FAP, 2012g. *Força Aérea Portuguesa - Esquadras de voo - Esquadra 504*. [Online] Available at: <http://www.emfa.pt/www/esquadrasedetalhe.php?lang=pt&cod=e504> [Accessed 26 Fevereiro 2012].

Fragoso, V.V., 2007. *O Poder Aéreo e as Forças Armadas do séc. XXI*. Trabalho de Investigação Individual do Curso de Promoção a Oficial General (TII/CPOG). Lisboa: IESM.

Gaiolas, A.M.d.S., 2009. *A Efectividade do Poder Aéreo em Conflitos Assimétricos*. Trabalho de Investigação Individual do Curso de Promoção a Oficial Superior da Força Aérea (TII/CPOSFA). Lisboa: IESM.

Hammes, T.X., 2007. *A guerra de Quarta Geração evolui, a Quinta emerge*. [Online] UFJF/ Defesa Available at: <http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/MRSetOut07.pdf> [Accessed 28 Fevereiro 2012].

Iklódy, G., 2010. *Novos desafios, nova NATO*. [Online] NATO Available at: <http://www.nato.int/docu/review/2010/Lisbon-Summit/New-Nato/PT/index.htm> [Accessed 06 Janeiro 2012].

INCM, 2003. *Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2003. D.R. n.º 16, Série I-B de 2003-01-20 - Aprova o conceito estratégico de defesa nacional*. [Online] INCM Available at: <http://dre.pt/pdf1sdip/2003/01/016B00/02790287.pdf> [Accessed 08 Fevereiro 2012].

INCM, 2010a. *Despacho n.º 7769/2010. D.R. n.º 86, Série II de 2010-05-04 - Aprovação da Directiva Ministerial de Defesa*. [Online] INCM Available at: <http://dre.pt/pdf2sdip/2010/05/086000000/2315023154.pdf> [Accessed 09 Fevereiro 2012].

INCM, 2010b. *Despacho n.º 7770/2010. D.R. n.º 86, Série II de 2010-05-04 - Aprovação da Directiva Ministerial para a Implementação da Reforma*. [Online] INCM



Available at: <http://dre.pt/pdf2sdip/2010/05/086000000/2315423156.pdf> [Accessed 09 Fevereiro 2012].

Johnson, D.E., 2007. *Learning Large Lessons: The Evolving Roles of Ground Power and Air Power in the Post-Cold War Era*. RAND Corporation.

Lind, W.S., 2005. *Comprendendo a guerra de quarta geração*. [Online] UFJF/Defesa Available at: <http://www.ecsbdefesa.com.br/fts/MR%20WSLind.pdf> [Accessed 28 Fevereiro 2012].

Lopes, V., 2004. Euro 2004: A Defesa Aérea em eventos de elevada visibilidade. *Mais Alto*, Setembro/Outubro.

Machado, M.S., 2000. Bisontes em Timor-Leste: Actividade da Destacamento de C-130 da Força Aérea Portuguesa em Darwin. *Mais Alto*, Maio/Junho. pp.8-11.

Machado, M.S., 2008. *Controladores Aéreos Avançados em combate*. [Online] Operacional Available at: <http://www.operacional.pt/controladores-aereos-avancados-em-combate/> [Accessed 15 Janeiro 2012].

Mais Alto, 2007a. F-16: Portugal responde ao apelo da NATO e coloca quatro aviões F-16 na missão "Baltics Air Policing". *Mais Alto*, Setembro/Outubro. pp.10-12.

Mais Alto, 2007b. "Baltics Air Policing": Portugal rende a Roménia na vigilância do espaço aéreo do Báltico. *Mais Alto*, Novembro/Dezembro. pp.10-11.

Mateus, P., 2003. A Força Aérea na Operação Prestige. *Mais Alto*, Março/Abril. pp.2-10.

Melese, F., 2009. *A crise financeira: um efeito semelhante a um atentado terrorista?* [Online] NATO Available at: <http://www.nato.int/docu/review/2009/FinancialCrisis/Financial-terrorist-attack/PT/index.htm> [Accessed 31 Janeiro 2012].

NATO Public Diplomacy Division, 2012. *Tackling new security challenges*. [Online] NATO Available at: http://www.nato.int/nato_static/assets/pdf/pdf_publications/20120116_new-security-challenges-e.pdf [Accessed 06 Janeiro 2012].

NATO, 2010a. *Active Engagement, Modern Defence - Strategic Concept for the Defence and Security of the Members of the NATO adopted by Heads of State and Government in Lisbon*. [Online] NATO Available at: <http://www.nato.int/lisbon2010/strategic-concept-2010-eng.pdf> [Accessed 06 Janeiro 2012].



NATO, 2010b. *AJP-3.4(A), Allied Joint Doctrine for Non-Article 5 Crisis Response Operations*. NATO.

NATO, 2011a. *Improving NATO's capabilities*. [Online] Available at: http://www.nato.int/cps/en/SID-50A4C6FA-EE9DF04A/natolive/topics_49137.htm [Accessed 30 Dezembro 2011].

NATO, 2011b. *NATO - Smart Defence*. [Online] Available at: <http://www.nato.int/cps/en/natolive/78125.htm> [Accessed 06 Janeiro 2012].

NATO, 2011c. *Operation UNIFIED PROTECTOR: Final Mission Stats*. [Online] Available at: http://www.nato.int/nato_static/assets/pdf/pdf_2011_11/20111108_111107-factsheet_up_factsfigures_en.pdf [Accessed 26 Janeiro 2012].

NATO, 2011. *Improving NATO's capabilities*. [Online] Available at: http://www.nato.int/cps/en/SID-50A4C6FA-EE9DF04A/natolive/topics_49137.htm [Accessed 30 Dezembro 2011].

NATO, 2011. *NATO - Smart Defence*. [Online] Available at: <http://www.nato.int/cps/en/natolive/78125.htm> [Accessed 06 Janeiro 2012].

NATO, 2012. *Alliance Ground Surveillance (AGS)*. [Online] Available at: http://www.nato.int/cps/en/SID-C4E683AA-73B376E2/natolive/topics_48892.htm?selectedLocale=en [Accessed 12 Fevereiro 2012].

NATO, 2012d. *Alliance Ground Surveillance (AGS)*. [Online] Available at: http://www.nato.int/cps/en/SID-C4E683AA-73B376E2/natolive/topics_48892.htm?selectedLocale=en [Accessed 12 Fevereiro 2012].

NATO, 2012e. *Improving NATO's strategic air- and sealift capabilities: Giving Alliance forces global reach*. [Online] Available at: http://www.nato.int/cps/en/SID-C38C8E8E-A3380559/natolive/topics_50107.htm?selectedLocale=en [Accessed 12 Fevereiro 2012].

NATO, 2012f. *Interoperability: Connecting NATO Forces*. [Online] Available at: http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_84112.htm [Accessed 12 Fevereiro 2012].

NATO, 2012g. *NATO - Smart Defence (Detail)*. [Online] Available at: http://www.nato.int/cps/en/SID-AB913371-F546AC1B/natolive/topics_84268.htm [Accessed 15 Fevereiro 2012].

NATO, 2012h. *Strategic Airlift Capability (SAC)*. [Online] Available at: http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_50105.htm [Accessed 12 Fevereiro 2012].



NATO, 2012i. *Strategic Airlift Interim Solution (SALIS)*. [Online] Available at: http://www.nato.int/cps/en/SID-C38C8E8E-A3380559/natolive/topics_50106.htm?selectedLocale=en [Accessed 12 Fevereiro 2012].

NATO, 2012. *NATO - Smart Defence (Detail)*. [Online] Available at: http://www.nato.int/cps/en/SID-AB913371-F546AC1B/natolive/topics_84268.htm [Accessed 15 Fevereiro 2012].

Oliveira, J., 2011. C-295: Configuração Vigilância Marítima. *Mais Alto*, Maio/junho. pp.4-8.

PCM, 2011. *Programa do XIX Governo Constitucional*. [Online] Presidência do Conselho de Ministros Available at: http://www.portugal.gov.pt/media/130538/programa_gc19.pdf [Accessed 28 Janeiro 2012].

Pereira, S.R.L.d.C., 2003. Missão Cumprida: Destacamento Aéreo Alouette III da Força aérea Portuguesa em Timor-Leste. *Mais Alto*, Janeiro/Fevereiro. pp.31-37.

Pinheiro, J.A.d.M.A., 2012. The Portuguese Air Force: Facing challenges head-on. *The Journal of JAPCC*, Spring/Summer. pp.6-10.

Pinto, L.V., 2011. *Empenhamento militar no plano externo 2012/2017*. Diretiva n.º 005/CEMGFA/11. Lisboa: EMGFA CEMGFA.

Quivy, R. & Campenhoudt, L.V., 2008. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Rasmussen, A.F., 2011a. “*Smart Defence can help nations to build greater security with fewer resources but more coordination and coherence*”. [Online] Available at: http://www.europeansecurityanddefence.info/Ausgaben/2011/01_2011/01_Rasmussen/Rasmussen.pdf [Accessed 06 Janeiro 2012].

Rasmussen, A.F., 2011b. *Towards NATO’s Chicago Summit - Speech by NATO Secretary General Anders Fogh Rasmussen*. [Online] NATO Available at: http://www.nato.int/cps/en/natolive/opinions_78600.htm [Accessed 23 Janeiro 2012].

Rasmussen, A.F., 2011c. *NATO After Libya*. [Online] NATO Available at: http://www.nato.int/cps/en/natolive/opinions_75836.htm?selectedLocale=en [Accessed 07 Fevereiro 2012].

Rasmussen, A.F., 2012c. *Remarks by NATO Secretary General at the Munich Security Conference plenary session on “Building Euro-Atlantic Security”*. [Online] Available at: http://www.nato.int/cps/en/natolive/opinions_84197.htm [Accessed 07 Fevereiro 2012].



Rasmussen, A.F., 2012d. *The Secretary General's Annual Report 2011*. [Online] NATO Available at: http://www.nato.int/nato_static/assets/pdf/pdf_publications/20120125_Annual_Report_2011_en.pdf [Accessed 31 Janeiro 2012].

Rasmussen, A.F., 2012. *Remarks by NATO Secretary General at the Munich Security Conference plenary session on "Building Euro-Atlantic Security"*. [Online] Available at: http://www.nato.int/cps/en/natolive/opinions_84197.htm [Accessed 07 Fevereiro 2012].

Rasmussen, A.F., 2012. *The Secretary General's Annual Report 2011*. [Online] NATO Available at: http://www.nato.int/nato_static/assets/pdf/pdf_publications/20120125_Annual_Report_2011_en.pdf [Accessed 31 Janeiro 2012].

Rebelo, H. & Costa, P., 2011. Ocean Shield: Primeira Operação do P-3C/CUP+. *Mais Alto*, Setembro/Outubro. pp.4-10.

Ribeiro, A.d.S., 2011. *O conceito estratégico da NATO*. [Online] Marinha Portuguesa Available at: <http://www.marinha.pt/PT/amarinha/atividade/areacultural/academiademarinha/Conferencias/Documents/11JAN11.pdf> [Accessed 06 Janeiro 2012].

Roboredo, N.P.R., 2010. *A evolução do conceito de segurança e as implicações nas operações militares no século XXI*. Trabalho de Investigação Individual do Curso de Promoção a Oficial Superior da Marinha (TII/CPOSM). Lisboa: IESM.

Rodrigues, A.R., 2011. *A NATO e a PCSD da UE, no pós Líbia*. [Online] *Jornal de Defesa e Relações internacionais* Available at: http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=897 [Accessed 14 Dezembro 2011].

Sands, G., 2012. Aurora over Libya: Advantage Aurora. *Air Forces Monthly*, Março.

Santos, E.S.d., 2011. *Poder Aéreo: sua evolução e influência na estratégia*. Parede: Tribuna da História.

Silva, C.A.P., 2007. *Conflitos Assimétricos: "Estado débil" e "Estado Falido"*. [Online] Comando de Operações Terrestres Available at: <http://www.coter.eb.mil.br/html/0apic/comando/Conflitos%20Assim%C3%A9tricos%20-%20Estado%20D%C3%A9bil%20Estado%20Falido.pdf> [Accessed 28 Fevereiro 2012].



Silva, A.S., 2011. *Directiva Ministerial orientadora do ciclo de planeamento de defesa militar*. Despacho n.º 04/MDN/2011. Lisboa: MDN Gabinete do MDN.

Strelieff, J., 2011. *Auroras fly first missions over Libya*. [Online] National Defence and the Canadian Forces Available at: <http://www.cefcom.forces.gc.ca/pa-ap/fs-ev/2011/10/04-eng.asp> [Accessed 17 Março 2012].

Tirpack, J.A., 2011. Lessons from Libya. *Air Force Magazine*, Dezembro. pp.34-38.

Vicente, J.P.N., 2008. *A relevância estratégica do Poder Aéreo numa Aproximação às Operações Baseada em Efeitos*. [Online] RCAAP Available at: http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/1077/1/Vicente_Poder%20Aereo.pdf [Accessed 25 Outubro 2011].

Vicente, J.P.N., 2010a. *Contributos do Poder Aéreo em Operações de Estabilização, Segurança, Transição e Reconstrução*. [Online] RCAAP Available at: http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/1115/1/Vicente_Contributos%20do%20Poder%20A%c3%a9reo.pdf [Accessed 31 Outubro 2011].

Vicente, J.P.N., 2010b. Boletim Temático: O Poder Aéreo - Introdução. *Boletim "Ensino/Investigação" do IESM n.º 9 - O Poder Aéreo*, Novembro. pp.9-11.

Vicente, J.P.N., 2010c. A participação da Força Aérea Portuguesa na International Security Assistance Force (ISAF). *Boletim "Ensino/Investigação" do IESM n.º 9 - O Poder Aéreo*, Novembro. pp.55-88.

Violante, T., 2010. EH-101 "Merlin": 10.000 horas de voo na Força Aérea a servir "para que outros vivam". *Mais Alto*, Setembro/Outubro 2010. pp.10-15.



Anexos:

Anexo A: Corpo de conceitos

Anexo B: Quadro Modelo de Análise

Anexo C: Enquadramento normativo

Anexo D: Análise detalhada do conceito “*Smart Defence*”

Anexo E: A “flexibilidade” do Poder Aéreo – O CP-140 Aurora



Anexo A – Corpo de conceitos

Capacidades – Definição do conjunto de elementos que se articulam de forma harmoniosa e complementar e que contribuem para a realização de um conjunto de tarefas operacionais ou efeito que é necessário atingir, englobando componentes de doutrina, organização, treino, material, liderança, pessoal, infraestruturas e interoperabilidade, entre outras (Silva, 2011, p.4).

Conflito Assimétrico – Tentativas de contornar ou minar o potencial de um opositor enquanto se exploram os seus pontos fracos, utilizando métodos substancialmente diferentes do modo habitual do opositor operar (Fragoso, 2007, pp.A-1).

Defesa Nacional – Conjunto de medidas, tanto de carácter militar como político, económico, social e cultural, que adequadamente integradas, coordenadas e desenvolvidas, global e sectorialmente, permitem reforçar as potencialidades da Nação e minimizar as suas vulnerabilidades, com vista a torna-la apta a enfrentar todos os tipos de ameaça que, direta ou indiretamente, possam pôr em causa a Segurança Internacional (FAP, 2002, p.3).

Guerra Convencional – Conjunto abrangente de operações militares conduzidas contra um adversário, por forças militares tradicionais ou outras forças de segurança governamentais, das quais se excetuam as ações que envolvam o uso de armas nucleares, radiológicas, biológicas e químicas (NRBQ) (Gaiolas, 2009, pp.B-1).

Guerra Irregular – Confronto violento entre um Estado e uma entidade não estatal, com o propósito de influenciar a população relevante, ou de se legitimar perante ela. A Guerra Irregular favorece uma aproximação indireta ou assimétrica face ao conflito, apesar de poder ser empregue todo o poderio militar ou outro tipo de capacidades, de modo a degradar o poder do adversário, a sua influência e vontade (Gaiolas, 2009, pp.B-1).

Interoperabilidade – Capacidade de diferentes organizações militares conduzirem operações conjuntas. Estas organizações podem ser de diferentes nacionalidades, diferentes ramos das FFAA ou ambos. Permite às forças, unidades ou sistemas operarem conjuntamente. Requer a partilha de doutrina e procedimentos comuns, das infraestruturas e bases de cada uma das partes e a capacidade de comunicação entre si. Reduz duplicações, permite a partilha de recursos e produz sinergias entre aliados, sendo que não requer necessariamente a partilha de equipamento comum, desde que haja capacidades comuns e seja capaz de ligar-se e comunicar com outros equipamentos (NATO, 2012f).

Operações conjuntas – Operações militares realizadas por mais de um Ramo das Forças Armadas de um Estado (FAP, 2002, p.24).



NA5CRO – Operações multidisciplinares que abrangem atividades políticas, militares e civis, iniciadas e executadas em conformidade com o Direito Internacional, incluindo o Direito Humanitário Internacional, contribuindo para a prevenção e resolução de conflitos, e gestão de crises, ou servir a propósitos humanitários, na busca dos objetivos declarados pela NATO (NATO, 2010b, p.xi).

Poder Aéreo (sentido lato) – A potencialidade de uma Nação para explorar de forma efetiva o espaço aéreo (Vicente, 2010b, p.9).

Poder Aéreo (sentido restrito) – potencial de combate de uma nação, traduzido nos seus sistemas de armas de combate e apoio imediato que permitem a capacidade de conquistar e assegurar a liberdade de operação no seu espaço aéreo, impedindo o adversário de o conseguir (Vicente, 2010b, p.9).

Segurança Cooperativa – prevenção de riscos, ameaças e conflitos transnacionais através da cooperação entre Estados em diversas áreas (Roboredo, 2010, p.10).

Segurança Humana – proteção do indivíduo contra ameaças à sua sobrevivência (Roboredo, 2010, p.7).

Segurança Nacional – Condição da Nação que se traduz pela permanente garantia da sua sobrevivência em paz e liberdade, assegurando a soberania, independência e unidade, a integridade do território, a salvaguarda coletiva de pessoas, bens e valores espirituais, o desenvolvimento normal das tarefas do Estado, a liberdade da ação política dos órgãos de soberania e o pleno funcionamento das instituições democráticas (FAP, 2002).

Smart defence – conceito que incentiva os aliados a cooperar no desenvolvimento, aquisição e manutenção de capacidades militares para enfrentar os problemas atuais de segurança, de acordo com o atual conceito estratégico da NATO. Isto significa a concentração e partilha de recursos, definição de prioridades e uma melhor coordenação de esforços (NATO, 2012g).



Anexo B – Quadro modelo de análise

Tema: O Poder Aéreo (PA) na conflitualidade contemporânea - tendências

Pergunta de partida: Como poderá a Força Aérea Portuguesa (FAP) preparar-se para os desafios de emprego do PA tendo em conta a conflitualidade contemporânea?

Perguntas Derivadas	Hipóteses	Conceitos	Dimensões	Indicadores
Quais as tendências de conflitualidade e que desafios colocam ao emprego do PA?	A atualidade caracteriza-se pela existência de conflitos de 4ª e 5ª geração.	Conflitualidade	Tipologia	Tipo de atores
				Teatro de Operações
				Missões "NA5CRO"
			Operacional	Capacidades PA adequadas
Limitações de emprego				
De que forma tem a FAP empregue as suas capacidades operacionais?	A FAP não tem explorado as suas capacidades operacionais em todo o seu potencial	Capacidades operacionais	Cumprimento compromissos	Nacionais
				Internacionais
			Missões / Emprego	Missões de Defesa
				Missões de Segurança Cooperativa
				Missões de Segurança Humana
Limitações de emprego				
Em que medida deverá a FAP especializar-se em determinadas capacidades em detrimento de outras, tendo em conta as tendências de utilização do PA e os desafios associados?	Tendo em conta as perspetivas da conflitualidade contemporânea e os desafios associados, a FAP deverá garantir especialização em determinadas atividades essenciais do PA	"Smart Defence"	Concetual	Atribuição de recursos à Defesa
				Empenhamento das nações nas OI's
				Garantia cumprimento compromissos
				Definição/priorização capacidades
				Coordenação OTAN/Nações
				Soberania das Nações
				Interesses das Nações
			Emprego Nacional	Capacidades C-130
				Capacidades C-295
				Capacidades EH-101
				Capacidades F-16
				Capacidades P-3
				Capacidades ALIII
Capacidades TACP				



Anexo C – Enquadramento normativo

“Nós, os Chefes de Estado e de Governo das nações da NATO, estamos determinados a que a NATO continue a desempenhar o seu papel único e essencial para garantir a nossa defesa e segurança comum. Este Conceito Estratégico guiará a próxima fase na evolução da NATO, de modo a que continue a ser eficaz num mundo em mudança, contra novas ameaças, com novas capacidades e novos parceiros” (NATO, 2010).

“Consequentemente, perseguindo a finalidade de garantir a segurança e o bem-estar dos cidadãos, o Estado é obrigado a repensar e a adequar os conceitos e os instrumentos de segurança e defesa ao novo ambiente político-estratégico” (INCM, 2003).

“A FAP é parte integrante do SFN e tem por missão cooperar, de forma integrada, na defesa militar da República, através da realização de operações aéreas, e na defesa aérea do espaço nacional. Compete-lhe, ainda, satisfazer missões no âmbito dos compromissos internacionais, bem como nas missões de interesse público que especificamente lhe forem consignadas” (FAP, 2009).

As citações atrás referidas dizem respeito a documentos, nacionais e internacionais, que enquadram o emprego do PA que, no caso português e em sentido restrito, está atribuído à FAP. Neste Anexo serão analisados alguns desses documentos, com relevância para os aspetos relacionados com o emprego do PA.

a. Contexto Internacional – O Conceito estratégico da NATO

O atual CE da NATO data do final de 2010, sendo que vários fatores estiveram na base da reformulação deste documento, no sentido de o adaptar à realidade do contexto internacional e ao papel que a NATO atualmente desempenha no mesmo.

“Para salvaguardar a liberdade e segurança dos aliados, o novo conceito estratégico considera que a NATO deve desempenhar três tarefas fundamentais” (Ribeiro, 2011):

- Defesa coletiva, com base no art.º 5.º do Tratado de Washington;
- Gestão de crises, empregando as capacidades políticas e militares aliadas;
- Segurança cooperativa, pela realização de parcerias com países e organizações.

Na caracterização do ambiente estratégico deste CE, Ribeiro (2011) ressalva que este ambiente pode ser afetado, entre outros, por:

- Instabilidades ou conflitos fora das suas fronteiras, decorrentes de extremismo, terrorismo e tráficos de armas, narcóticos e pessoas;
- Ciber-ataques dirigidos em diversas vertentes;
- Perturbações das rotas de comunicações, transportes e trânsito de pessoas e bens;
- Condicionantes ambientais ou de recursos (riscos de saúde pública, mudanças climáticas, escassez de água e crescentes necessidades energéticas).

Em relação às linhas de ação prioritárias do CE, Ribeiro (2011) descreve-as:

- A defesa e a dissuasão;
- A gestão de crises;
- A cooperação internacional;
- A reforma e a transformação.



b. Contexto Nacional

(1) O Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN)¹²

“Num mundo em acelerada mudança, a nossa geografia permanece. Portugal foi, é e será sempre um país euro-atlântico”. E partindo desta base, onde “mudança” e “geografia” sobressaem, o CEDN atualmente em vigor surge para dar resposta a um ambiente político-estratégico caracterizado atualmente por “ameaças e riscos de concretização imprevisível e de carácter multifacetado e transnacional. Embora este novo ambiente estratégico tenha atenuado as ameaças tradicionais de cariz militar, fez surgir fatores de instabilidade traduzidos em novos riscos e potenciais ameaças”, resultando na tendência em definir um “conceito alargado de segurança” e na imposição de uma “ideia de segurança cooperativa”, em que o CEDN dá grande relevância ao papel de Portugal na ONU, na NATO, na UE, na OSCE (Organização para a Segurança e Cooperação na Europa) e na CPLP.

Quanto ao EEIN, o CEDN divide-o em permanente e conjuntural, sendo que o permanente diz respeito ao território nacional, os espaços de circulação entre as suas parcelas e “os espaços aéreo e marítimo sob responsabilidade nacional, as nossas águas territoriais, os fundos marinhos contíguos, a ZEE e a zona que resultar do processo de alargamento da PC”.

Definidas que estão neste documento as ameaças consideradas relevantes para os interesses nacionais, o CEDN concretiza as capacidades para o desempenho das missões das FFAA, conforme descritas no seu Capítulo 8 (INCM, 2003, p.286).

Neste sentido, o CEDN estabelece que as FFAA devem dispor de uma organização flexível e modular adequada aos modernos requisitos de empenhamento operacional, conjunto e combinado, privilegiando a interoperabilidade dos meios e, desejavelmente, com capacidades crescentes de projeção e sustentação, proteção de forças e infraestruturas, comando, controlo, comunicações e informações.

(2) A Diretiva Ministerial de Defesa 2010-2013¹³

A DMD decorre do desenvolvimento da política de DN que implica “a definição de objetivos, o estabelecimento de prioridades, a atribuição de recursos e a execução de atividades para edificar e estruturar as capacidades militares necessárias para as FFAA”.

Na caracterização do ambiente estratégico, praticamente constam as mesmas ameaças elencadas no CEDN. Contudo, “novos fatores de instabilidade, de magnitude geoestratégica incerta” decorrem, designadamente, “das consequências da primeira crise financeira e económica global”.

Feita a caracterização da inserção geoestratégica nacional, é de ressaltar que “as nossas preocupações e ação estratégica devem ter em especial atenção (...) a proteção da ZEE e, no futuro, a proteção da área que venha a resultar da extensão da PC e, ainda, as responsabilidades internacionais assumidas com as FIR e as áreas de SAR”.

A DMD dá importância à participação de forças no exterior, que decorrem de compromissos assumidos com a NATO e UE, sendo descritas quais as prioridades das

¹² O CEDN foi publicado em Diário da República, 1ª série, a 20Jan2003, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2003 (INCM, 2003).

¹³ A DMD foi publicada em Diário da República, 2ª série, a 04Mai2010, através do Despacho n.º 7769/2010 (INCM, 2010a).



capacidades das forças que atuam nesse âmbito e, em que através do treino conjunto, se reforce a sua interoperabilidade e desenvolvam a compatibilização de meios e processos.

(3) O Programa do XIX Governo Constitucional

Relativamente ao Programa do Governo, no capítulo dedicado à Defesa Nacional (DN), são reconhecidas neste documento as consequências do atual contexto internacional no quadro de segurança internacional e regional, tanto para os Estados como para as OI, que obrigam à procura de novas soluções e ao desenvolvimento de novas tarefas e missões. Ainda que seja ponderado que a relevância internacional dum Estado esteja dependente da sua capacidade e disponibilidade para contribuir ativamente para a manutenção da paz e segurança internacionais, é referida que a primeira preocupação de um Estado deve ser a preservação da sua independência e a garantia da sua autonomia face a terceiros.

Das medidas propostas no âmbito da DN é pertinente citar aquelas que poderão ter implicações no contexto atual do emprego do PA:

- Reconhecer o carácter estratégico e a consequente prioridade das questões relacionadas com o Mar;
- Reforçar o relacionamento com a NATO e com as estruturas europeias;
- Aprofundar a participação ativa do nosso País em missões internacionais de carácter humanitário e de manutenção da paz;

Todavia, ainda que vá de encontro ao Programa do Governo, é importante mencionar algumas ideias-chave daquele que foi o discurso efetuado pelo Primeiro-Ministro aquando da abertura solene do ano letivo 2011/2012 no IESM.

“Hoje, temos novos riscos e novas ameaças”, que nos obrigam a “repensar as nossas ideias de soberania, de independência e de segurança. Obriga-nos a reponderar os meios de as salvaguardar, num contexto marcado por riscos e ameaças com naturezas, fins e escalas muito variadas, marcado pela interdependência entre os Estados e os povos, e marcado pelas alianças e organizações a que honrosamente pertencemos” (Coelho, 2011).

Num contexto caracterizado “pela crescente complexidade das relações internacionais, mas também pela assunção mais frequente das nobres tarefas do auxílio humanitário e da manutenção da paz”, “um dos grandes desafios que temos pela frente consiste em racionalizar e otimizar a relação entre o produto operacional e os recursos colocados à disposição da DN, num ambiente de forte constrangimento económico e financeiro à escala europeia e nacional” (Coelho, 2011).

Assim sendo, o Primeiro-Ministro afirma serem necessárias umas FFAA:

- Ainda mais flexíveis, mas capazes de responder a um leque alargado de missões, não só estritamente militares, mas também as que resultam do nosso compromisso e empenhamento em missões internacionais de carácter humanitário e de manutenção da paz;
- Articuladas e coordenadas com as forças e serviços de segurança;
- Em cooperação ativa com todos os órgãos do Estado;
- Eficientes na aplicação dos seus recursos materiais em todas as atividades.

Neste sentido, a reforma e reestruturação das FFAA devem apontar para:

- A clarificação de quais os meios e equipamentos militares essenciais;
- A partilha de tudo o que é e deve ser comum;
- O aperfeiçoamento da prontidão, da capacidade de projeção e da sustentação das capacidades dos meios e dos equipamentos.



Anexo D – Análise detalhada do conceito “*Smart Defence*”

Independentemente das intenções expostas nos documentos citados no enquadramento doutrinário, os países-membros da NATO enfrentam dificuldades na sua concretização, nomeadamente no garante de capacidades que permitam o cumprimento dos compromissos assumidos, mercê, mormente, dos problemas de índole orçamental que atravessam na sequência daquela que é “a primeira crise financeira e económica global”, e que obrigam a cortes na sua despesa pública, com óbvios impactos na área da Defesa. Neste Anexo, serão apresentados alguns dados sobre esta problemática, as preocupações que esta levanta e de que forma se pretende ultrapassá-la.

a. A desorçamentação da Defesa

“Segurança não é um extra opcional – mesmo em tempos de austeridade. Não é um luxo – é uma necessidade vital” (Rasmussen, 2011b).

“A crise económico-financeira europeia está a ter e vai continuar a ter um efeito descoordenado e de grandes proporções em relação aos recursos consagrados à defesa dos vários Estados membros da UE” (AIP, 2011a).

Os diversos números vindos a público sobre as despesas com Defesa e a sua redução, sustentam a preocupação apresentada por diversas entidades, face às consequências que destes cortes advirão. Segundo Rasmussen, (2011a) e (2012) e a AIP (2011a):

- Nos últimos dois anos, os gastos com a defesa dos países-membros europeus da NATO diminuiu 45 biliões de USD;
- Em 2001, aproximadamente 50% dos gastos com defesa dos países-membros da NATO diziam respeito aos EUA e em 2011, este valor está perto dos 75% (e com a perspetiva de esta percentagem continuar a crescer);
- Na última década a China triplicou os seus gastos com a defesa e a Índia aumentou-os em 60%;
- Em 2011, os gastos anuais de Defesa de dezoito dos Aliados foram mais baixos do que tinham sido em 2008.
- Os gastos com a defesa de apenas três dos aliados é projetada para ser igual ou superior a 2% do PIB em 2011;
- Quinze dos Aliados esperam gastar menos do que 1,5% do PIB em Defesa;
- Apenas oito dos Aliados esperam ter gasto em 2011 20% ou mais do seu orçamento de Defesa em investimento em equipamento, enquanto seis provavelmente esperam gastar menos de 10%;
- Embora os 27 Estados-membros disponham de mais de 500.000 militares do que os EUA, a sua capacidade real de destacar e empregar forças em operações “expedicionárias” é muito inferior à americana;
- Os Estados-membros da UE, com um orçamento de defesa ligeiramente superior a 200 biliões de Euros, despendem apenas um terço por soldado do que os EUA;
- No que respeita à dimensão tecnológica de defesa, os EUA despendem cerca de quatro vezes mais dos que os Estados-membros da UE;
- Os custos dos sistemas de armas crescem sistematicamente na ordem de 6-8% ao ano, muito acima do crescimento médio anual da despesa em investimento de equipamentos de defesa;



- Calcula-se que para 2011 os cortes europeus nos orçamentos de defesa atinjam um montante superior a 35.000 M€, o que corresponde a cerca de 17% do total da despesa anual de defesa da UE;
- Os EUA encontram-se num processo de redução drástica dos seus orçamentos de defesa nos próximos dez anos, que poderá atingir um trilião de dólares.

Mas pior que os cortes efetuados na Defesa, são as consequências que daqui advêm. Segundo Braddon (2009), “muitos dos mais pequenos países aliados, que têm já dificuldades em cumprir os seus compromissos no sentido de uma partilha de custos mais equitativa, irão inevitavelmente ver os seus orçamentos de defesa serem devastados por sérios cortes orçamentais a mais longo prazo. A redução dos orçamentos de defesa das maiores nações da NATO irá, em última instância, enfraquecer as capacidades de defesa da NATO no futuro”. Já segundo Melese (2009), “muitos membros da NATO irão sem dúvida alguma reduzir ainda mais os seus já modestos gastos com a defesa. As forças de defesa independentes tornar-se-ão um luxo que ninguém poderá pagar. A segurança coletiva irá tornar-se cada vez mais atraente. Um sério risco da diminuição dos gastos com a defesa é os EUA verem-se a suportar uma parte ainda maior do fardo, precisamente numa altura em que o seu orçamento de defesa também está a ser comprimido, podendo deixar de estar em posição de continuar a subsidiar a segurança mundial”.

Neste sentido, Rasmussen (2011a) mostra elevada preocupação com o atual momento mundial e com a posição europeia face às despesas com a defesa: “Em jogo hoje não está apenas a economia mundial, mas a ordem mundial. Então, porque é que agora a Europa conclui que já não necessita de investir mais em Defesa?” Face a este cenário, Rasmussen prevê como consequências a longo prazo o risco de uma Europa dividida, “mais fraca” e cada vez mais afastada dos EUA. Neste sentido, Rasmussen afirma que, se a atual tendência se mantiver, o fosso entre as capacidades de defesa na Aliança continuará a aumentar, arriscando uma Europa mais fraca e dividida, que não será uma perda apenas para os EUA, mas para o mundo inteiro.

A nível nacional estas preocupações também são debatidas: “Se a Europa, como um todo, não tomar ações urgentes e adequadas, de forma multinacional e coordenada, correrá o sério risco de se tornar irrelevante como ator de segurança internacional ou, o que é ainda mais grave, não ser capaz de providenciar um ambiente seguro e estável para a Europa, os seus cidadãos e para a sua vizinhança estratégica” (AIP, 2011a).

b. O conceito de “Smart Defence”

“Eu sei que em tempos de austeridade, não podemos gastar mais. Mas não devemos gastar menos. Então a solução é gastar melhor. E obter um melhor valor pelos recursos empregues. Para ajudar as nações a preservar capacidades e desenvolver novas. Isto significa priorizar, especializar, procurar soluções multinacionais, em conjunto. Isto é o que eu chamo de *smart defence*” (Rasmussen, 2011b).

“*Smart defence* é um conceito que incentiva os Aliados a cooperar no desenvolvimento, aquisição e manutenção de capacidades militares para enfrentar os problemas atuais de segurança de acordo com o novo CE da NATO” (NATO, 2011).

Foi em Fev 2011, na Conferência de Munique, que Rasmussen apresenta o conceito de *smart defence* que, em linhas gerais tem por objetivo “construir segurança num momento de austeridade” ou, de um modo mais concreto “assegurar mais segurança, por



menos dinheiro, trabalhando em conjunto, com mais flexibilidade”, numa perspetiva de “juntos evitarmos que uma crise financeira se torne uma crise de segurança”. E, segundo Rasmussen, este conceito permite aos países-membros enfrentarem o desafio de “como ter maior segurança com os recursos limitados consagrados à defesa, e como investir o suficiente para se preparar o futuro”, propondo três caminhos: “*pool & share*” capacidades, definir as prioridades certas e uma melhor coordenação de esforços”.

Na questão do “*pool & share*”, Rasmussen considera a NATO como “o melhor lugar para identificar e ligar nações que têm necessidades similares, mas não têm recursos suficientes para desenvolverem as próprias capacidades”.

Quanto ao “definir as prioridades certas”, Rasmussen alerta: “*pool* não é suficiente, se não aplicarmos os recursos onde temos prioridades reais”. Daí a importância de priorizar quais as capacidades que a NATO necessita. E este passo aconteceu na Cimeira de Lisboa, com o “*Lisbon Capabilities Package*”, que define “um pacote de capacidades representativo das capacidades mais críticas para a NATO”, discriminando-se abaixo apenas aquelas relacionadas com o PA (NATO, 2011):

- Melhoria das capacidades de transporte aéreo;
- Air Command and Control (ACCS);
- Joint Intelligence, Surveillance and Reconnaissance (JISR);
- Alliance Ground Surveillance (AGS).

Quanto à melhoria das capacidades de transporte aéreo, “as capacidades de transporte aéreo são um fator-chave para as operações – para que as forças e equipamentos possam ser rapidamente destacados para onde eles são necessários. Muitos aliados juntaram recursos para a obtenção desta capacidade através da aquisição de meios¹⁴ ou de acordos comerciais¹⁵, passando a poder movimentar rapidamente forças, equipamentos e mantimentos para todo o mundo. Isto é particularmente importante em termos de missões a uma distância considerada estratégica” (NATO, 2011). Segundo Defence News (2011), Rasmussen afirma que a NATO carece de TAG, descrevendo a aquisição desta capacidade como um desafio geral para assegurar que as forças europeias se tornam mais móveis, admitindo que esta é uma fraqueza das FFAA europeias.

Quanto ao ACCS, “a NATO está a implementar um sistema de C2 aéreo totalmente interoperável, automatizado e integrado. Este permitirá C2 em tempo real, bem como planeamento de missões e funções associadas” (NATO, 2011).

Quanto ao JISR: “a NATO precisa de uma capacidade ISR conjunta que permitirá a recolha coordenada, o processamento, a disseminação e partilha no âmbito da NATO dos “produtos” ISR fornecidos pelo AWACS (*Airborne Warning and Control System*), pelos meios ISR das nações e pelo futuro sistema AGS” (NATO, 2011). Relativamente a esta capacidade é importante citar Rasmussen (2012): “A experiência operacional confirmou a importância e, mais relevante ainda, a necessidade de uma capacidade permanente da NATO para ISR conjunto”.

¹⁴ SAC (*Strategic Airlift Capability*) – Projeto respeitante a um memorando de entendimento assinado por dez Aliados e dois membros Pfp, respeitante à aquisição, gestão, suporte e operação de três aeronaves de TAG C-17, sedeadas na Base Aérea de Papa – Hungria (NATO, 2012h).

¹⁵ SALIS (*Strategic Airlift Interim Solution*) – surge em complemento ao SAC e consiste num consórcio composto por catorze Aliados e dois membros Pfp que estabeleceu um contrato de frete de seis aeronaves civis de transporte de equipamento de grandes dimensões An-124, como forma de colmatar de forma provisória as necessidades de transporte aéreo estratégico da Aliança (NATO, 2012i).



Quanto ao AGS, esta é considerada como “uma das capacidades mais críticas que a NATO necessita. Este projeto consiste na aquisição de cinco *Unmanned Aerial Vehicle* (UAV) *Global Hawk* por treze Aliados e prevê-se que esteja apto para uso da NATO entre 2015 e 2017, sendo uma das componentes do JISR (NATO, 2012).

Em relação à “melhor coordenação de esforços”, “é óbvio que nem todas as nações podem manter ou precisam de todas as capacidades. Em tempos de necessidade, temos de nos ajudar mutuamente. A reafirmação da solidariedade deve incentivar algumas nações para se concentrarem em determinadas capacidades. E a NATO pode ajudar a identificar essas opções, fornecendo a “*big picture*” do que os aliados precisam e querem. Este é o momento para fazer o melhor uso da NATO como um conselheiro e um mediador honesto, garantindo um grau de coerência em todos os cortes que as nações podem considerar, minimizando seu impacto sobre a eficácia geral da Aliança” (Rasmussen, 2011a). E aqui é importante falar de especialização, no sentido dos Aliados apostarem em determinadas capacidades em detrimento de outras: “A NATO deve incentivar a especialização “à medida” para que os membros se possam concentrar nos seus pontos-fortes nacionais, mantendo no âmbito da sua soberania a decisão final” (NATO, 2012).

Um conceito importante a ter em conta (e que se encontra relacionado com a *smart defence*) é o de interoperabilidade, definido no Corpo de Conceitos (Anexo A). Sobre interoperabilidade é importante mencionar Rasmussen (2012), que afirma que “trabalhar efetivamente em conjunto não significa que todos devem comprar o mesmo equipamento. Significa sim que todos devem ser capazes de usar o seu equipamento de forma eficaz, juntamente com outras nações. Os standards NATO tornam isto possível e o “*smart defence*” também ajudará.

Para a NATO é importante diminuir a dependência dos EUA das “*costly advanced capabilities*”¹⁶, permitindo aos aliados um adequado reequipamento: “Nestes tempos de crise, reequilibrar os gastos de defesa entre os países europeus e os EUA é mais do que nunca uma necessidade. Deve haver uma partilha equitativa dos encargos com Defesa. *smart defence* é a resposta da NATO para isto” (NATO, 2012).

c. Desafios à implementação do conceito de “Smart Defence”

Contudo, existe a consciência de que a aplicação prática deste conceito não será fácil: “Eu sei que os Aliados nem sempre encaram a cooperação internacional como a opção mais atraente. Há preocupações permanentes sobre atrasos nos prazos de entrega, custos gerais inflacionados e um processo de tomada de decisão lento. E, claro, a defesa está fortemente ligada à soberania, à indústria e ao emprego nacionais. No entanto, a crise tornou a cooperação entre as nações como não sendo mais uma escolha. É uma necessidade. Hoje, nenhum aliado europeu por si só é capaz de desenvolver toda a gama de capacidades para atender a todos os desafios de segurança” (Rasmussen, 2011a).

Contudo, o CEMGFA, conforme jornal DN (2011a) e (2011b), mostra prudência na aplicação prática deste conceito, bem como o de “*pool and sharing*”, considerados “formas inovadoras e criativas de partilhar recursos no sentido de atingir os níveis pretendidos de resposta operacional, num ambiente generalizado de restrições orçamentais que os países

¹⁶ “Por exemplo, em CSAR, SEAD, AAR, AEW (*Airborne Early Warning*), SIGINT e UCAV (*Unmanned Combat Air Vehicle*) estamos altamente dependentes dos EUA, que fornece à NATO cerca de 75% ou mais desses recursos” (Rasmussen, 2012d).



enfrentam, porém nem sempre seremos capazes de mobilizar as capacidades partilhadas de aliados e amigos na defesa dos nossos interesses, sobretudo em espaços de interesse estratégico conjuntural nacional”. Outro aspeto que o CEMGFA tem em consideração é a “fronteira entre a solidariedade e a soberania dos Estados que tem de ser cuidadosamente equacionada e não pode ser imposta, desde logo porque países aliados e amigos não o são necessariamente noutras áreas geográficas de interesse estratégico para Portugal”. O CEMGFA acrescenta que “esta iniciativa não traduz a resposta cabal para as lacunas existentes, constitui sem dúvida um caminho a prosseguir que importa apoiar, tendo em vista dirimir de forma sustentada parte das nossas limitações”. Refira-se, mormente, que o CEMGFA considera que “Portugal tem instrumentos de ação críticos no plano militar que atualmente não são partilháveis, mesmo com Estados amigos da NATO e da UE, que se devem preservar no estrito domínio nacional”, a saber:

- A vigilância e o controlo dos espaços de soberania;
- O patrulhamento e fiscalização dos espaços interterritoriais;
- A busca e salvamento;
- Uma capacidade autónoma mínima de reação imediata.

Refira-se que a NATO apenas pretende ter um papel consultivo e de coordenação. Segundo Rasmussen (2011a), “*smart defence* não se trata da NATO impor algo às Nações. O papel da NATO é definir a direção estratégica, identificar possíveis áreas de cooperação, atuar como um centro de intercâmbio, compartilhando as melhores práticas.

É pertinente nesta investigação mencionar algumas das conclusões relativas a um seminário realizado sobre esta temática, com a vantagem de ser feita uma análise face à realidade nacional (AIP, 2011b):

- A cooperação de defesa é difícil, mas é indispensável;
- O aprofundamento dos processos de cooperação de defesa poderá implicar alguma perda de independência e de autonomia operacional, sendo necessário fazer a sua avaliação à luz das vantagens que a junção de esforços pode trazer. Isto requer portanto uma mudança de cultura e de mentalidade baseada na confiança mútua, considerando-se oportuno citar o presidente do Comité Militar da UE: “é preferível ter soberania partilhada sobre algo, do que ter soberania individual sobre nada”;
- Portugal deverá aproveitar esta janela de oportunidade, pelo que terá de definir, previamente, os objetivos que pretende atingir. Neste sentido, Portugal deverá analisar os projetos tanto da NATO como da UE, ponderando o tipo de alinhamento mais conveniente e escolhendo as modalidades mais adequadas em função dos seus interesses, definindo previamente os princípios, termos e condições de que não deverá abdicar”

Em resumo, “Para fazer «mais com menos» temos de atuar com urgência, saber, pragmatismo e inteligência. De facto, é preciso atuar já, mas sobretudo e antes de mais é preciso proceder à identificação dos objetivos políticos prioritários para Portugal e à definição de uma estratégia nacional integrada para a consecução desses objetivos. O MDN tem aqui um papel central na definição destes objetivos estratégicos”. E, citando Braddon (2009), “estes desafios têm um único significado: a escolha. Alguma coisa, talvez até muitas coisas, terão de ficar pelo caminho. Fundamentalmente, analisar o que temos de sacrificar de modo a obtermos outra coisa que queremos”.



Anexo E – A “flexibilidade” do Poder Aéreo – O CP-140 Aurora

No conflito da Líbia houve o registo da utilização com sucesso de uma aeronave nouro tipo de missão que não aquela para a qual estava designada. O CP-140 Aurora, da Força Aérea Canadiana (RCAF), destinado inicialmente ao cumprimento de missões MPA no TO da Líbia, viu a sua missão alterada para a realização de missões SCAR-C¹⁷, por se perceber que os sistemas da aeronave estavam perfeitamente ajustados para a aquisição de “*vital intelligence*” (Sands, 2012), tendo em conta um TO predominantemente urbano e como imperativo a minimização de danos colaterais.

Demonstrando uma combinação de capacidades únicas e um “*ISR data product*” de qualidade superior, o CP-140 viu a sua missão alargada para além das patrulhas costeiras, permitindo capturar dados no interior da costa líbia, como estradas e centros de C2 e, posteriormente para outras missões sobre o território líbio. A informação capturada pelos sistemas e sensores da aeronave, é analisada e transmitida no final de cada missão ao CAOC5 (*Combined Air Operations Centre*), em Itália, que passa a ter na sua posse uma imagem clara e precisa do que se está a passar no terreno. O benefício da utilização do CP-140 na condução de missões SCAR-C está em este poder manter-se sobre determinada área por um longo período de tempo e construir uma imagem precisa das atividades e padrão de vida desenvolvidos, permitindo uma melhor identificação de alvos e uma estimativa mais precisa de danos colaterais (Strelieff, 2011). Contudo, para uma efetiva operação é necessária a não existência de ameaça aérea para a aeronave, conforme referido por Sands (2012).

O cumprimento desta missão obrigou a um trabalho prévio de adaptação e treino das tripulações, por forma a garantir a sua própria segurança e um trabalho de acordo com os requisitos definidos: “foi acordado proporcionar a prática necessária em missões de treino cuidadosamente organizadas, em que os Comandantes do Destacamento evitaram colocar qualquer das tripulações em situações para as quais não estivessem totalmente preparados” (Sands, 2012). De referir o apoio de Comandos britânicos que tiveram um papel preponderante no processo na formação das tripulações: “Nós tínhamos a bordo “*spotter teams*” britânicas, vistas como das melhores em operação pela NATO” (Sands, 2012).

¹⁷ “Durante uma típica missão SCAR-C na Líbia, a aeronave voa sobre uma área geográfica específica para detetar alvos e coordenar o ataque por aeronaves de caça aos alvos identificados” (Strelieff, 2011). Inicialmente, estas missões eram feitas por aeronaves de caça, contudo a informação processada pelo CP-140, “era de longe bem melhor do que aquela que era fornecida pelas aeronaves de caça” (Sands, 2012). Esta missão também poderá ser visto como “uma espécie de “*forward air control-air battle manager function*”, aos sequenciar e desconflitar as missões nas áreas-alvo, mas também ao fornecer informações de *targeting* para aeronaves de caça. (Tirpack, 2011, p.37).